

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas

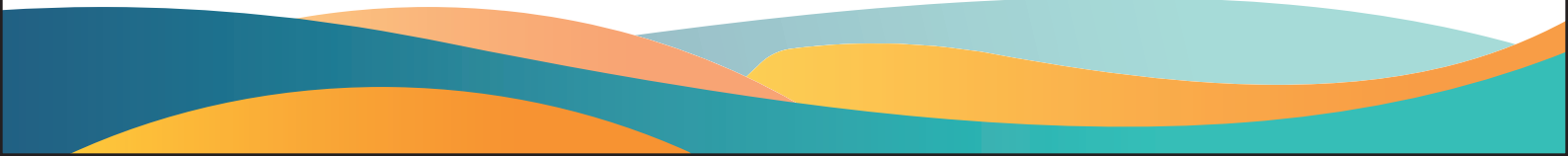
MONITORAMENTO DAS NEGOCIAÇÕES CLIMÁTICAS
INTERNACIONAIS:

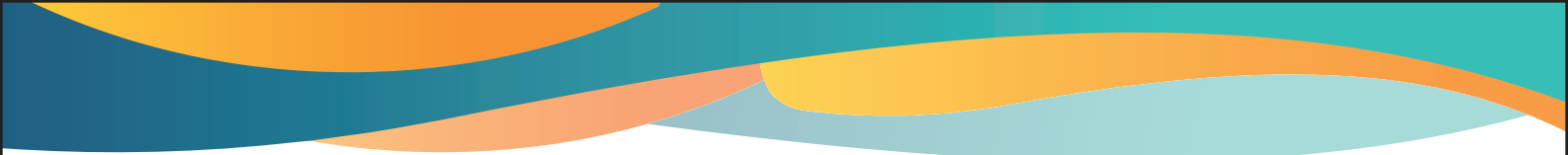
Breve relatório da COP27

Arthur Vargas Facini
Caio Samuel Milagres Soares
Júlia Nascimento Santos
Sérgio Mecena Neto

CADERNOS DO OIMC
nº 07/2023

ISSN: 2764-1120





Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas

SUMÁRIO

Introdução

Página 01

A conferência

Página 01

Participantes

Página 02

Principais temas

Página 05

Pacotes de financiamento

Página 09

Setores e agentes da obstrução climáticas

Página 13

A participação brasileira

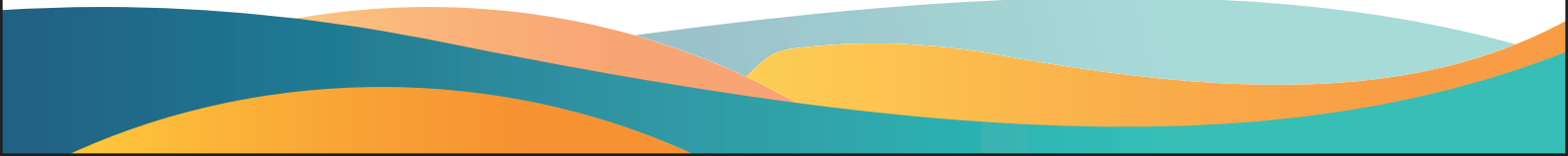
Página 20

Consideração finais

Página 24

Bibliografia

Página 31



Introdução

As mudanças climáticas configuram, atualmente, uma das questões que mais necessitam da atenção e da ação internacional, na medida em que os alertas científicos apontam alterações irreversíveis no clima, com consequências cada vez mais desastrosas para a sobrevivência humana. Nesse contexto, celebrou-se a 27ª Conferência das Partes (COP) da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC), em Sharm el-Sheikh, no Egito, representando simbolicamente o momento-chave para a cooperação internacional e para a atuação multilateral na agenda climática com vistas às demandas do Sul Global.

Contudo, há que se considerar a relevância desta COP, realizada em um ambiente permeado por controvérsias. A conferência se deu em um país africano que é altamente vulnerável aos efeitos das mudanças climáticas, principalmente em relação à segurança hídrica, mas que, ao mesmo tempo, é um grande exportador de petróleo e de gás natural. Ademais, o Egito adotou, na última COP, uma postura conservadora em relação à eliminação total de combustíveis fósseis, o que revela a postura contrária do país em relação ao expressivo setor fóssil e as fragilidades sociais decorrentes das ameaças climáticas.

Além dessa questão polêmica, o contexto foi marcado por eventos climáticos extremos ocorridos ao redor do mundo, como as ondas de calor na Índia e no Paquistão, as inundações e os deslizamentos de terra no Brasil, a seca prolongada na Europa¹ e o furacão Ian nos Estados Unidos e em Cuba.² Do mesmo modo, a insegurança energética, alimentar e geopolítica, causada pela invasão russa na Ucrânia, agravou o contexto das negociações entre as nações, bem como impulsionou o uso mais frequente de fontes energéticas fósseis, como o carvão e o gás. Todo esse cenário só aumenta a importância da cooperação climática e das decisões tomadas tanto no âmbito da COP como no plano doméstico dos Estados.

Com isso, as expectativas em relação ao evento foram de preocupação para que medidas protetivas e de incentivo à transição energética fossem alcançadas, mas principalmente em relação ao pacote de financiamentos relacionado ao tema de “perdas e danos”, muito caro aos países do Sul geopolítico, afetados desproporcionalmente pelas alterações climáticas em relação a sua contribuição para o problema. A partir disso, os resultados e debates centrais realizados na conferência e de maneira paralela serão apresentados e discutidos em seguida, divididos em quatro blocos: o primeiro apresenta as características gerais desta COP, entre as quais o local onde ocorreu, seus participantes e os principais temas tratados; o segundo detalha o pacote de financiamentos acordado, considerando o principal resultado das negociações; o terceiro analisa os setores e os agentes ligados ao negacionismo e à obstrução climática; e, por fim, o quarto, foca na participação brasileira.

A conferência

A 27ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, mais conhecida como COP27, aconteceu entre 6 e 20 de novembro de 2022, em Sharm el-Sheikh, cidade costeira no sul da península do Sinai, no Egito. Esta é a primeira COP a ser realizada na África desde a COP22, ocorrida em Marrocos, após uma sequência de sedes na Europa. O escolhido para ser o presidente do evento foi o ministro das relações exteriores egípcio, Sameh Shoukry. A conferência contou com 49.704 participantes, de 195 países e de 1.809 organizações intergovernamentais e não-governamentais, além de 948 representantes da imprensa, de acordo com a lista de participantes divulgada pela UNFCCC,³ quebrando o recorde de participação que antes pertencia à COP26, com 38.457 participantes. A maior delegação nacional foi a dos Emirados Árabes Unidos (EAU), que sediarão a COP28, com 1.070 delegados, seguida pelo Brasil, que já havia apresentado na COP26 uma das maiores delegações, agora com 574 presentes no Egito. Já o país-sede registrou 155 delegados, ficando em 29º lugar na lista de maiores delegações. Além disso, essa foi a primeira COP a não contar com nenhum Estado observador, após a Santa Sé ter oficializado sua adesão ao Acordo de Paris e a UNFCCC em julho de 2022.

A sede, situada em uma cidade turística do Egito, foi alvo de críticas. Por ser uma cidade típica de resorts e clubes de turismo de luxo, houve preocupações com o preço de estada para os participantes, com denúncias de que os hotéis estavam aumentando o valor das diárias para se beneficiar do contexto da conferência. O preço da alimentação também foi criticado como muito elevado. Isso tudo levou a COP27 a ser criticada como inacessível para grande parte dos ativistas da sociedade civil, que contam com recursos limitados. Oliver Milman, do jornal britânico *The Guardian*, noticiou que um dos delegados comentou sobre Sharm el-Sheikh: “é como estar em Las Vegas, mas ainda pior”.⁴ Além disso, o regime autoritário egípcio suscitou críticas de repressão e vigilância. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos divulgou uma nota denunciando que manifestantes estavam sendo fotografados e interrogados por seguranças, além da limitação dos espaços e dos horários para manifestações públicas. Além disso, o aplicativo da conferência foi alvo de críticas por especialistas em segurança cibernética. Em entrevista para a *Al Jazeera*, David Bader, professor de Ciência dos Dados no New Jersey Institute of Technology, afirmou que “o governo do Egito pode ter usado o aplicativo como arma e agora tem a capacidade de vigiar todos os participantes da cúpula”,⁶ questionando a necessidade do aplicativo de solicitar permissão para acessar *e-mails*, números de telefone e fotos. O governo do Egito negou as acusações, afirmando que foram realizadas avaliações de segurança e que o aplicativo foi aprovado pela Apple e pelo Google para estar em suas lojas virtuais.

Os patrocinadores da conferência também foram alvos de críticas por suas ligações com empresas petrolíferas e pelo papel na geração de poluentes. Desde a COP26, as empresas petrolíferas são barradas de patrocinar as conferências, entretanto, uma análise feita pelo grupo Corporate Europe Observatory revelou que 90% dos patrocinadores da COP27 têm li-

gações com o setor fóssil.⁷ Entre eles, destaca-se o Mansour Group, conglomerado egípcio com investimentos no setor de óleo e gás, a General Motors, uma das maiores empresas automotivas do mundo, e a Coca-Cola, que recebeu grande mídia após ter sido declarada pelo quinto ano consecutivo a maior poluidora de plástico do mundo, de acordo com relatório do grupo Break Free From Plastic.⁸ Essas relações estiveram sob o escrutínio da sociedade civil envolvida, que questionou o conflito de interesses dessas empresas ao patrocinar uma conferência do clima.

Em resumo, as principais expectativas para a COP27, assim como seus principais resultados, estavam ligados ao tema de perdas e danos, em especial ao financiamento para países afetados por eventos climáticos extremos, que pela primeira vez esteve na agenda oficial adotada pela presidência da conferência. Por outro lado, especialistas já dão como fora do alcance a meta de manter o aquecimento em 1,5°C e as negociações sobre mercados de carbono foram consideradas decepcionantes.

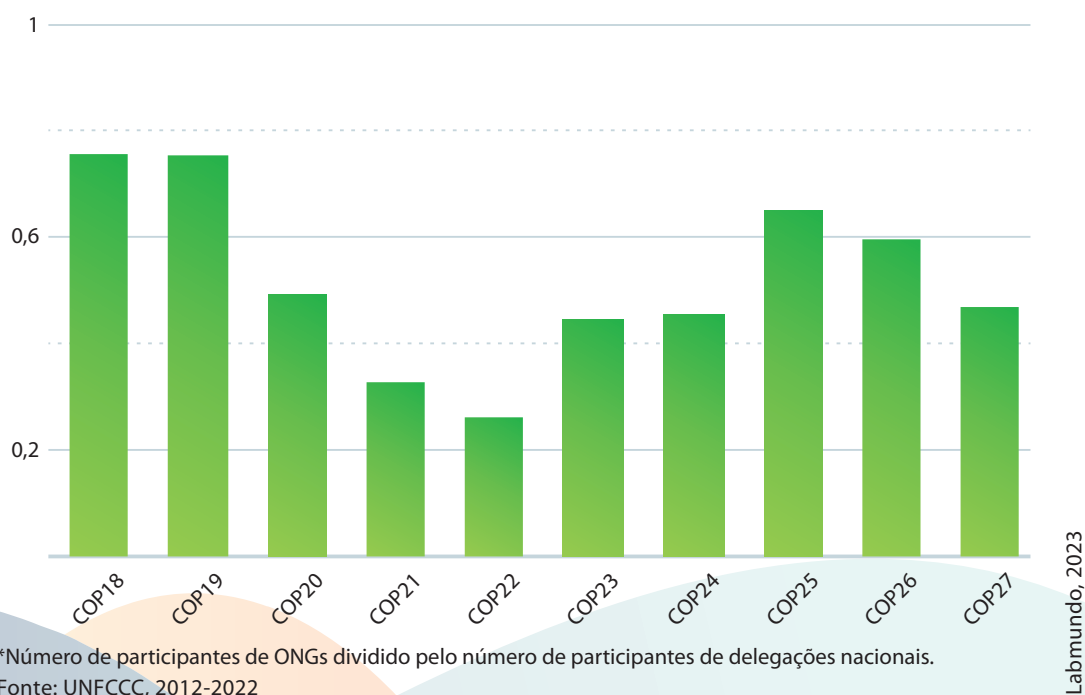
Participantes

Com mais de 49 mil participantes, a COP27 contou com a presença de chefes de Estado e lideranças da sociedade civil. Diferente da conferência do ano anterior, nem todos os chefes de Estado do G7 foram a Sharm el-Sheikh. Justin Trudeau, primeiro-ministro do Canadá, e Fumio Kishida, primeiro-ministro do Japão, não participaram. O jornal *The Asahi Shimbun* apurou que Kishida não esteve presente por estar ocupado com as sessões extraordinárias da Dieta (poder legislativo japonês),⁹ enquanto o gabinete de Trudeau informou ao Canada's National Observer que o fato de “o país sediar uma conferência internacional sobre biodiversidade em Montreal ainda [em 2022] ressalta o compromisso do governo federal com as mudanças climáticas”.¹⁰ Além dessas ausências, Rishi Sunak, primeiro-ministro do Reino Unido, causou

polêmica ao decidir ir de última hora. Sunak assumiu a posição em 25 de outubro no meio de uma crise política e, dois dias depois, Downing Street afirmou que ele não estaria presente na conferência, o que suscitou críticas de falta de liderança, com a chefe de política do Greenpeace UK, Rebecca Newsom, afirmando que o novo primeiro-ministro “não leva as mudanças climáticas a sério”.¹¹ Entretanto, na semana seguinte, Sunak anunciou em sua conta do *Twitter* que estaria presente.¹² Por outro lado, o rei Charles III, que, quando príncipe, era ativista de questões ambientais, não foi ao Egito por questões logísticas, de acordo com o governo britânico. Já em relação aos membros do G20, nenhum chefe de Estado (que também não pertença ao G7) esteve presente, com ministros liderando as delegações. Apesar disso, a presença do presidente eleito do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, na segunda semana da COP27, foi um dos destaques da conferência, com a expectativa internacional de um novo posicionamento do governo brasileiro em relação à agenda climática.

Outra questão histórica das COPs é a presença de lobistas de grandes empresas. O grupo *Kick Big Polluters Out*, formado por mais de 450 Organizações não Governamentais (ONGs), levantou que 636 participantes da COP27 na lista divulgada pela UNFCCC eram vinculados ao *Big Oil*,¹³ um aumento de 26% em relação à COP26,¹⁴ o que gerou críticas da sociedade civil. O conjunto de ONGs *Research and Independent Non-Governmental Organizations* (RINGO), que forma uma das *constituencies*¹⁵ da UNFCCC, enviou para a Convenção-Quadro uma submissão por escrito afirmando que “os Princípios de Participação devem incluir um princípio de que as organizações estão livres de conflitos de interesse, que poderiam prejudicar ou enfraquecer o processo [de negociação].”¹⁶ Essa questão será abordada de forma mais aprofundada na seção “Setores e agentes de obstrução” deste relatório. A presença de atores do agronegócio também foi considerada negativa, por ofuscar os peque-

nos agricultores e as comunidades de fazendeiros, que, com poder econômico menor, tiveram menos espaço nos debates. Chantal Clémant, do *International Panel of Experts on Sustainable Food Systems* (IPES-Food), analisou que a agenda da agricultura foi “criada e centrada no agro-negócio e seus atores”.¹⁷ Essa não é a primeira COP que enfrenta críticas pela forte presença dessas empresas, que buscam defender seus interesses econômicos e retardar a adoção de medidas mais ambiciosas, como a eliminação total (*phase-out*, no termo em inglês) de combustíveis fósseis. Greta Thunberg, que não foi à conferência, denunciou a COP27 como “uma oportunidade para pessoas no poder fazerem *greenwashing*, mentir e enganar” sediada “em um paraíso turístico de um país que viola diversos direitos humanos básicos”.¹⁸ Houve preocupação em relação à participação da sociedade civil durante essa COP, principalmente pelo fato de ser sediada em um país de governo autoritário. Por determinação do governo egípcio junto com a UNFCCC, os protestos foram limitados a áreas específicas dentro do espaço da conferência, não tendo ocorrido grandes protestos pela cidade, como se viu em Glasgow. Em relação ao número de participantes de ONGs, pelos dados oficiais divulgados, houve um aumento de 5% em relação ao ano anterior, o que indica que a emissão de crachás para a sociedade civil não foi limitada esse ano, como se temia. Entretanto, ao analisar a tendência histórica, vê-se que, desde a COP18 o tamanho das delegações nacionais cresceu quase cinco vezes, enquanto o número de participantes vinculados a ONGs cresceu somente três, ou seja, proporcionalmente, a participação da sociedade civil nas conferências vem diminuindo,¹⁹ o que se reflete também nas dinâmicas de debates e das negociações, com a influência no processo de tomada de decisões cada vez menor. Nesse sentido, a COP27 foi simbólica ao restringir os espaços de manifestação desses participantes, consolidando a segregação da sociedade civil dos outros setores mais influentes.

DÉFICIT PARTICIPATIVO DA SOCIEDADE CIVIL NAS COPs*Participantes de delegações nacionais e de ONGs, por milhares de indivíduos, entre 2012-2022**Proporção de participantes de ONGs para aqueles de delegações nacionais*, entre 2012-2022*

Principais temas

A COP27 foi marcada por alguns temas que se destacaram nos debates e nas negociações. Após um ano de grandes desastres climáticos em todas as regiões do mundo, o tema de perdas e danos foi central, com os países de renda baixa fazendo pressão sobre os países ricos a fim de criar um fundo para as nações mais afetadas. Além disso, continuaram as negociações ao redor do artigo 6 do Acordo de Paris sobre mercados de carbono e sua implementação, após a definição do livro de regras na COP26. A questão energética também rendeu debates por causa da crise nesse setor enfrentada pela Europa em decorrência da guerra entre Rússia e Ucrânia, além do uso da terra, envolvendo agronegócio e desmatamento. Dessa forma, os principais temas abrangem tanto as mudanças do clima como as suas consequências sociais e econômicas.

Perdas e danos

As ações humanas têm causado mudanças no clima, incluindo alterações nos regimes de chuva, temperaturas extremas, aumento do nível dos mares, secas prolongadas, entre outros, que impactam a vida humana e vulnerabilizam grupos, setores e indivíduos, especialmente nos países em desenvolvimento e nos pequenos países insulares. Esse fenômeno é referido como “perdas e danos” pela UNFCCC e foi central nos debates da COP27. A conferência começou com um acontecimento histórico para esse tema: os países acordaram em incluir o financiamento ligado a perdas e danos pela primeira vez na agenda oficial, constando no tópico 8 sobre finanças:

“Assuntos relacionados a acordos de financiamento respondendo a perdas e danos associados aos efeitos adversos das mudanças climáticas, incluindo um foco em lidar com perdas e danos.”²⁰

Esse tema é caro principalmente para os países de renda baixa e média, que sofrem com as consequências de emissões e poluição pelas quais eles não foram responsáveis, defendendo que esta é uma questão de justiça climática. Por outro lado, países ri-

cos evitam negociar sobre o tema com receio de serem responsabilizados legalmente por emissões históricas. Ano passado, na COP26, o Grupo dos 77 (G77), coalizão de negociação formada por países em desenvolvimento, propôs, sem sucesso, um fundo de perdas e danos, assegurando somente um fundo de adaptação e mitigação. Esse ano, após diversas tragédias climáticas e um relatório da ONU afirmando que “os fluxos financeiros para os países em desenvolvimento estão cinco a dez vezes abaixo das necessidades estimadas”,²¹ o cenário era mais favorável para o êxito dessa pauta. Os Estados Unidos, que eram o principal país a barrar essas negociações, cederam, com John Kerry, enviado especial da presidência para assuntos climáticos, tendo reconhecido a importância do tema, mas a inclusão na agenda não foi consensual, o que prolongou as negociações e gerou atrasos no início da conferência, cuja primeira sessão foi adiada em algumas horas.

Se a inclusão na agenda já foi polêmica, as negociações sobre a criação do fundo foram ainda mais. A União Europeia e os Estados Unidos se opunham a criação de um novo fundo, afirmando que já existem muitos fundos e programas para assistir países afetados, com Monica Medina, do governo norte-americano, declarando que “o foco deve ser colocar parte desse financiamento onde é necessário, em vez de tentar criar outro fundo”.²² Por outro lado, os países do G77 temiam essas promessas, pois os fundos atuais estão aquém do que os especialistas indicam ser necessário para financiar a adaptação, a mitigação e a resiliência climática, com promessas de cooperação que não se concretizaram. No final, a União Europeia cedeu e concordou com um fundo, contanto que a base de doadores fosse ampla e não se abandonasse a meta de 1,5°C, o que motivou os EUA e outros países ricos a concordar com o “estabelecimento de um fundo para responder a perdas e danos”.²³ Com isso, foi criado um comitê para estudar formas de estruturar esse fundo, como quem contribuirá e quem será beneficiado, o que se espera ser definido na próxima COP.

Mercados de carbono

Enquanto os debates na COP26 foram dominados por esse tema e as negociações obtiveram importantes avanços, a COP27 não obteve os mesmos êxitos. Após as decisões do ano passado que limitaram a contagem dupla, a expectativa era que, nesse ano, as negociações a respeito da implementação dos mecanismos ligados às *Internationally Transferred Mitigation Outcomes* (ITMOs) – as unidades de crédito definidas no Acordo de Paris – avançassem, prevalecendo a transparência, mas a realidade foi o inverso. Sam Van den Plas, do *Carbon Market Watch*, expressou sua decepção: “O espírito do mercado de carbono de Glasgow se transformou no fantasma do *offset* (contrabalanceamento) de Sharm el-Sheikh, que corre o risco de assombrar ações climáticas efetivas nos próximos anos.”²⁴

Em relação ao artigo 6.2, que aborda as trocas bilaterais, a confidencialidade permeou as negociações. As partes decidiram que cada país pode determinar qualquer tipo de informação como confidencial, ao seu critério e sem a obrigatoriedade de justificar sua decisão, o que pode abrir brechas para *greenwashing*, ao dificultar o monitoramento de irregularidades por outras instituições. Sobre o tema, Jonathan Crook, especialista em mercados de carbono, lamentou: “Se um país quiser ser clandestino sobre seu envolvimento nos acordos bilaterais do artigo 6.2 e no comércio de créditos de carbono, agora ele tem um passe livre para fazê-lo.”²⁵ Além disso, as “emissões evitadas” ganharam nova vida. Esse termo se refere ao financiamento de ações ou produtos que evitaram a emissão de gases poluentes, o que é polêmico, pois é difícil calcular esse número e determinar se a poluição evitada não teria sido evitada de qualquer jeito. Na COP26, créditos a partir de emissões evitadas tinham sido barrados, mas esse ano foi solicitada uma nova análise técnica a ser debatida futuramente.

Já em relação ao artigo 6.4, o órgão de fiscalização da ONU para esse tópico não conseguiu criar uma definição satisfatória de “remoção de carbono”. Essa instituição, criada no final da COP26 com o objetivo de delinear o que é um crédito de carbono de alta qualidade, incluindo questões sobre a captura e o armazena-

mento, elaborou um documento²⁶ definindo as atividades de remoção sob o artigo 6.4 que foi criticado por especialistas de ONGs. A rede de defesa de direitos *Climate Land Ambition & Rights Alliance* (CLARA) publicou um breve relatório apontando que os conceitos demasiado amplos permitiriam a geração de créditos sem a remoção necessária e “[abririam] a porta para quase qualquer ‘remoção’, incluindo atividades de geotecnologia extremamente perigosas.”²⁷

Já uma medida adotada, relativamente bem recebida pelos especialistas, foi a criação de um novo tipo de crédito chamado “unidade de contribuição de mitigação” (*mitigation contribution units*). Essas unidades recebem esse nome pois sinalizam “a contribuição para a redução dos níveis de emissão da Parte”,²⁸ ou seja, trata-se da reivindicação de uma contribuição para uma ação que gere a redução de emissão ou a captura de carbono, e não serve para contrabalancear as suas próprias emissões. Especialistas apontam a importância dessa medida para limitar o *greenwashing* de empresas, pois uma empresa não mais poderá, por exemplo, afirmar que seu produto é carbono neutro por comprar créditos de carbono, prática que nos últimos anos tem suscitado críticas na medida em que se oculta os impactos ambientais provocados sob um véu de sustentabilidade. Com esse novo tipo de crédito, espera-se criar um novo paradigma no mercado além do clássico contrabalanceamento, ao mesmo tempo em que se promove o financiamento de medidas de mitigação.

Aquecimento global e a corrida pelo 1,5°C

O Acordo de Paris, em 2015, estabeleceu um “balanço global” (*Global Stocktake*) a ser feito periodicamente para monitorar a “realização do propósito do presente Acordo e seus objetivos de longo prazo”,²⁹ sendo o primeiro para 2023. Dessa forma, debates e mesas ocorreram na COP27 para tratar sobre os detalhes de como esse balanço deve ser realizado. Uma série de encontros do Diálogo Técnico para o Balanço Global foram realizados no início da conferência, produzindo um documento com recomendações, encorajando os países

a realizarem eventos nos níveis locais, nacionais e internacionais em apoio e submeter propostas de abordagem dos componentes do balanço até fevereiro de 2023. As negociações ocorreram sem dificuldades, mas especialistas criticaram o ruído de lobistas do setor fóssil, que usaram os encontros para promover suas agendas. A expectativa é para a COP28, quando as negociações sairão da etapa de levantamento de dados para o debate político, com a formulação do primeiro balanço.

Um assunto mais polêmico ligado a esse tema foi a constatação de que o objetivo de limitar o aquecimento global em até 1,5°C parece cada vez mais distante. Em relatório publicado pela *United Nations Environment Programme* (UNEP) duas semanas antes da COP, fala-se que “na melhor das hipóteses, a implementação total das *Nationally Determined Contributions* (NDCs) condicionais, compromissos *net zero* adicionais, apontam para um aumento de 1,8°C. No entanto, este cenário não é atualmente crível”,³⁰ indicando que para se manter o aquecimento em até 1,5°C, seria preciso cortar as emissões em 45% até 2030. Consequentemente, durante as negociações esse tópico suscitou discordâncias. A linguagem nos documentos foi amenizada após pressão da China e da Arábia Saudita, enquanto a União Europeia buscou reforçar a importância da meta, cedendo na questão do fundo de perdas e danos para tentar aprovar medidas mais ousadas de redução de emissões, como a diminuição (*phase-down*, termo em inglês) do uso de todos os combustíveis fósseis (e não só o carvão, como foi acordado na COP26) e o estabelecimento do ano de 2025 como o pico para emissões, mas sem obter sucesso. Esse cenário levou especialistas a afirmarem que a meta de 1,5°C está, atualmente, fora do alcance, com Alok Sharma, que foi presidente da COP26, declarando que “ou deixamos o Egito após manter o 1,5°C vivo ou essa será a COP em que perdemos”³¹ e Damian Carrington, editor de meio ambiente do *The Guardian*, escrevendo: “A COP27 será vista como o momento em que morreu o sonho de manter o aquecimento global abaixo de 1,5°C”.³²

Uso da terra

O uso da terra tem papel importante nas emissões de gases de efeito estufa, seja por meio da agricultura, da pecuária ou até do desmatamento, mas também tem o potencial de sequestrar carbono. Por isso, é um tema fundamental para se controlar o aquecimento global e prevenir maiores mudanças climáticas, além de envolver questões fundamentais para a humanidade, como segurança alimentar. Nesse sentido, a conferência desse ano, por ser sediada na África, deu ainda mais destaque a esse tema, pois os desastres climáticos na região, como secas, vêm potencializando a fome e outros problemas sociais.

Nesse sentido, a segurança alimentar foi mencionada na decisão final, com referência também à Guerra Russo-Ucraniana. O documento fala em “prioridade fundamental de salvaguardar a segurança alimentar e acabar com a fome e as vulnerabilidades particulares dos sistemas de produção de alimentos aos impactos adversos das mudanças climáticas”, apontando que “a situação geopolítica global cada vez mais complexa e desafiadora e seu impacto nas situações energética, alimentar e econômica [...] não deve ser usado como pretexto para retroceder ou preterir a ação climática”.³³ Pela primeira vez, também, o texto menciona a proteção e a conservação de ecossistemas aquáticos.

Além disso, o Koronivia Joint Work on Agriculture (KJWA), fórum da UNFCCC sobre agricultura, foi prolongado por mais quatro anos. Esse fórum foi criado na COP23 com o objetivo de promover debates e *workshops* a fim de elaborar, na COP26, um acordo contendo um plano para os próximos anos, mas essa discussão foi mal sucedida e a decisão foi adiada para a COP27. O G77 buscou travar as discussões sobre sistemas alimentícios, temendo que a ampliação do escopo para além da produção, com a inclusão das etapas de consumo e de descarte, pudesse diluir os esforços atuais de mitigação, enquanto os países ricos bloquearam menções sobre mudanças nos hábitos de

consumo alimentar. Nessa linha, fontes da delegação indiana confidenciaram ao *The Hindu*:

“Essas nações [desenvolvidas] são incapazes de reduzir suas emissões internamente por meio de qualquer mudança válida em seus estilos de vida. Em vez disso, estão buscando soluções mais baratas no exterior”.³⁴

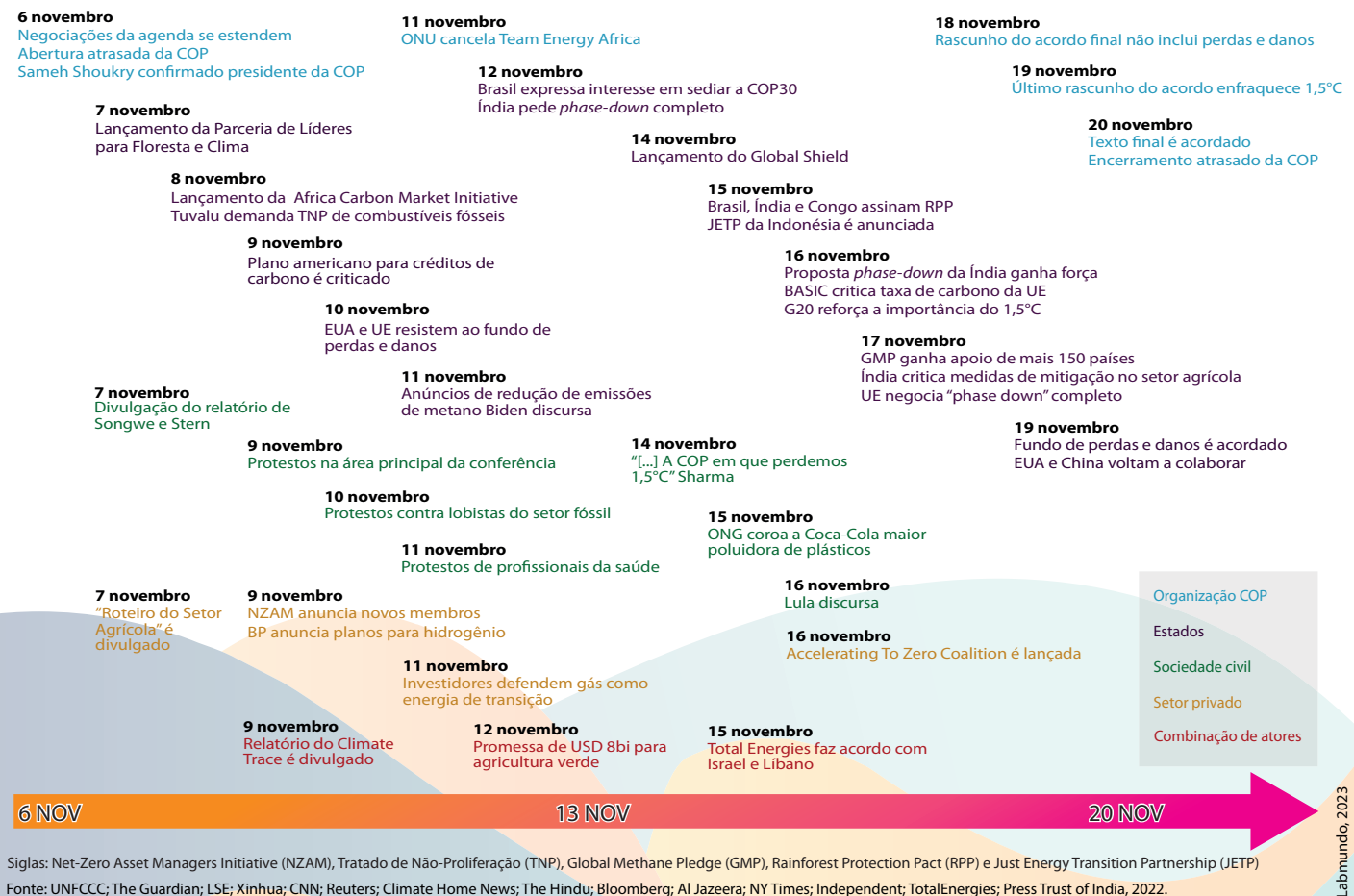
Por causa desses desencontros, o acordo final traz uma linguagem pouco incisiva sobre essa questão.

Quanto ao desmatamento, a COP27 começou diante de taxas de desmatamento ainda muito expressivas em florestas tropicais, com o *Global Forest Watch* levantando que, em 2021, o mundo perdeu 25 milhões de hectares de cobertura florestal.³⁵ Para responder a isso, ainda no começo da conferência, o Reino

Unido anunciou uma aliança, Parceria de Líderes para Floresta e Clima (FCLP, na sigla em inglês), com 26 países, com o objetivo de realizar encontros anuais e de monitorar os avanços feitos, tomando como referência a *Declaração sobre Florestas de Glasgow*.³⁶ Destaca-se, porém, que a *Declaração* foi assinada por 145 países, um número muito maior do que os 26 participantes da nova aliança, indicando que muitas nações recuaram no tema. O Brasil, tanto por sua indústria agropecuária como por ser lar de grande parte da floresta amazônica, esteve no centro dos debates sobre uso da terra, com Lula prometendo acabar com o desmatamento até 2030 e com o alinhamento do país à Indonésia e à República Democrática do Congo em um pacto de proteção das florestas úmidas, assuntos que serão abordados de forma mais aprofundada em seções seguintes do relatório.

TRAJETÓRIA COP27

Eventos ocorridos durante a 27ª Conferência das Partes, em 2022



Pacotes de financiamentos

Como mencionado anteriormente, a questão do financiamento climático foi uma das pautas de destaque nesta COP, dividida em três frentes: adaptação e mitigação, financiamento climático e perdas e danos. Esta pauta está alicerçada na ideia de que, a partir da revolução industrial, os países se desenvolveram em uma lógica capitalista de produção fabril em descompasso com o tempo natural. A ciclicidade do meio ambiente vem sendo desrespeitada desde então e padrões produtivos cada vez mais ágeis são impostos, o que hoje se comprova afetar o funcionamento ambiental do planeta e coloca em risco a sobrevivência humana.³⁷

Nesse sentido, a compreensão científica dos danos desse modo de vida tem alertado as nações sobre a necessidade de políticas públicas para se implementarem mudanças nos padrões de consumo, de produção e de estilos de vida. Além disso, cabe ressaltar que os países passaram por processos de industrialização em momentos históricos diferentes, o que impacta diretamente na produção de riqueza, na qualidade de vida e no acesso a bens essenciais. Assim, este contexto histórico delineou a distribuição internacional do trabalho e as diferentes pegadas de carbono que cada país imprime de acordo com seu balanço entre poluição e desenvolvimento sustentável, o que leva ao entendimento de que as responsabilidades entre os países em combater as mudanças climáticas são comuns, porém diferenciadas; lema introduzido pelo Brasil na UNFCCC em 1992.

De acordo com o texto oficial da conferência de Quioto,³⁸ sugere-se que os países em desenvolvimento sofrem e irão sofrer mais intensamente os prejuízos das mudanças climáticas e que os países desenvolvidos deveriam assumir maior responsabilidade sobre esses eventos. Isso demonstra um caminho em direção à justiça climática, ao contrário do temor dos países desenvolvidos, principalmente EUA e da UE, de que estes seriam penalizados pelas suas emissões históricas e deveriam pagar “indeniza-

ções” às demais nações, como já proferido diversas vezes nas COPs. No entanto, o documento não possui conteúdo vinculante que obrigue essas nações a contribuir financeiramente à pauta; ainda que a concepção de justiça climática resida nos documentos oficiais desde a instituição da Convenção Quadro, a prática das negociações e exigências demonstram o oposto.

Ademais, cabe ressaltar a diferença entre os financiamentos contemplados até o momento e qual o caráter de cada um. Apesar de esforços do grupo AOSIS (*Alliance of Small Island States*) e do país Vanuatu na criação de esboços do texto que comporia a pauta de perdas e danos, a qual remonta a 1991, quando os países se juntaram em conferência para negociar o que viria a ser a UNFCCC, a agenda demorou a entrar de forma autônoma no texto oficial das COPs. Ainda assim, quando a pauta foi incorporada, sofreu muitas alterações em relação ao que havia sido proposto pelo AOSIS+Vanuatu. Esta proposta inicial calculava a contribuição financeira de cada parte rica proporcional ao seu Produto Nacional Bruto em relação ao total de todos os países desenvolvidos, compondo 50% da contribuição. Já os outros 50% seriam referentes às Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEEs) de cada país em relação ao total das emissões das nações desenvolvidas (CSSN, 2022),³⁹ o que traz um balanço que pode ser considerado justo entre poluição e poder econômico nas capacidades desses países em combater financeiramente as mudanças climáticas, ajudando os mais afetados.

Contudo, apesar do claro esforço na busca desta compensação climática retratada neste esboço e da sua retirada do texto oficial por oposição dos EUA e do chamado “Grupo Guarda-chuva”, formado pelas nações ricas após o Protocolo de Quioto,⁴⁰ o texto da UNFCCC menciona em seus artigos 4.3 e 4.4 a obrigação das nações desenvolvidas em assistir os países vulneráveis, o que pode ser considerado como um passo importante na busca por justiça climática. Outras agendas relacionadas ao apoio financeiro necessário aos países subdesenvolvidos foram acordadas, como o financiamento para mitigação e adaptação no Acordo de Copenhague, durante a COP15 em 2009, que teve ampla influência da proposta apresentada na reunião em Bali para se construir um Fundo de Adaptação à luz da primeira proposta de 1991 do AOSIS.⁴¹

Esse fundo de mitigação e adaptação foi firmado com o objetivo de os países desenvolvidos doarem US\$ 100 bilhões ao ano, a partir de 2020, para que os países menos desenvolvidos (LDC, da sigla em inglês) pudessem mitigar o uso de combustíveis fósseis como fontes energéticas, diminuir o desmatamento, entre outras medidas de impacto ambiental, ao mesmo tempo em que se desenvolvem de forma sustentável. Além disso, esse financiamento também se destina aos projetos de adaptação da cadeia produtiva bem como a todas as outras áreas que dependem dos substratos fósseis ou outros poluentes, buscando assim incentivar o desenvolvimento sustentável de forma mais igualitária, além de possibilitar que os países respondam aos eventos climáticos extremos com menos danos e maior capacidade de resiliência. O problema diz respeito, porém, ao cumprimento destas promessas.

Por conseguinte, a evolução histórica da reivindicação da pauta de perdas e danos demonstra também o aumento gradual das contribuições financeiras, que dependem em grande medida da persuasão nessas negociações, seja por meio da retórica ou do risco ambiental constatado nos documentos e estudos científicos. A primeira menção à agenda de adaptação aparece na COP13 de Bali e alcança uma escala de ambição de nível global na COP21 de Paris. Já na última COP, em Glasgow, ficou acordado que as nações desenvolvidas destinariam anualmente US\$ 40 bilhões para os LDC's a partir de 2025. No relatório deste ano, a COP27 ainda reforça o pedido para que os países contribuam com o Fundo para os LDC's e com o Fundo especial para Mudanças Climáticas, ambos voluntários e enquadrados no aspecto da mitigação e adaptação, o que atribui condições específicas para utilização destes financiamentos.⁴²

Por outro lado, o financiamento climático surge como um complemento financeiro que não provém exclusivamente das contribuições estatais, mas também do setor privado, de indivíduos, de instituições multilaterais, entre outros, para estimular os investimentos em projetos sustentáveis, principalmente no setor energético e em países em desenvolvimento. Assim, este visa promover a transição para uma econo-

mia de baixo carbono, diminuindo os riscos das consequências de eventos climáticos extremos. Isso, porém, pressupõe um retorno financeiro e o pagamento destes empréstimos, o que para os países de baixa renda do sul geopolítico é de difícil alcance, algo que as negociações têm deixado de especificar nos relatórios e têm desincentivado os investidores privados e bancos a ingressarem com mais força na agenda ambiental e em projetos sustentáveis devido às incertezas.

Sob esse ponto, cabe citar a menção feita no relatório da COP27, o chamado Plano de Implementação de Sharm el-Sheikh, sobre o tema:

“A Conferência das Partes [...] destaca que em torno de US\$ 4 trilhões anuais serão necessários nos investimentos em energias renováveis até 2030 para que seja possível alcançar o net zero das emissões em 2050, e que, além disso, a transformação global para uma economia de baixo carbono é esperada para demandar investimentos de pelo menos US\$ 4 a 6 trilhões por ano.”

(Sharm el-Sheikh Implementation Plan, 2022, tradução livre)⁴³

Contudo, observa-se que as negociações interestatais têm sido pouco específicas sobre os termos, as condições e os deveres de cada agente tanto para resguardar as necessidades dos países mais vulneráveis como para organizar politicamente o cenário internacional e garantir algum retorno financeiro para que os investidores privados sintam maior segurança para investir em projetos sustentáveis, os quais serão necessários para efetivar a transição energética e a produção sustentável. Além disso, uma reportagem da Reuters⁴⁴ descreve o esforço isolado de alguns ativistas climáticos para destravar tais investimentos e somar na causa ambiental. Como exemplo, especialistas das Nações Unidas publicaram uma lista com projetos sustentáveis, agregando ao todo US\$ 120 bilhões para países subdesenvolvidos. Porém, a mesma reportagem mostra a dificuldade em mobilizar estes investidores, ao retratar a diferença entre os US\$ 51 bilhões destinados aos países mais pobres por bancos desenvolvimentistas em contraste com os US\$ 13 bilhões do setor privado.

Outro ponto importante diz respeito à pauta central, perdas e danos, que aparece pela primeira vez como tópico oficial da agenda de discussões dos negociadores. A discussão acerca do tema tem um marco importante na COP19, em Varsóvia, na qual se instituiu o Mecanismo Internacional em Perdas e Danos de Varsóvia (WIM, da sigla em inglês), possibilitado por decisões da Rodada de Doha de 2012, que havia estabelecido arranjos institucionais importantes, como o estudo prévio de ameaças climáticas e a produção de relatórios técnicos para países-alvo. O objetivo principal deste mecanismo é promover assistência internacional para países em desenvolvimento vulneráveis aos eventos extremos e às consequências de longo prazo das mudanças climáticas, focando no apoio informacional, técnico, facilitando o diálogo e construindo capacidade de resposta nos países mais vulneráveis.^{45 46 47}

Em decorrência de tal decisão, que apesar de ter contribuído para a sistematização dos dados e informações sobre a ocorrência dos eventos climáticos extremos, os riscos e as formas de combate e resposta a estes, esta pauta é mais simbólica do que efetiva, já que o funcionamento do secretariado e a realização destas tarefas demandam financiamento que ainda não chegou. Assim, a instituição do Global Stocktake no Acordo de Paris, com o objetivo de a cada cinco anos reportar os avanços que cada país fez em direção ao alcance de suas NDC's, e demais acordos firmados fundamentais para a meta global de 1,5°C, é uma ferramenta central na vigilância do comprometimento das partes, mas tampouco foi implementado até hoje.

De outra forma, a implementação do “*Santiago network on averting, minimizing, and addressing loss and damage*” (SNLD) em 2019, na COP25, que aprofunda e torna mais robusta a institucionalização do WIM, figurou o acordo decisivo para o desenho do atual Fundo para Perdas e Danos firmado na COP27, chamado Global Shield. Soma-se a isso, as implementações institucionais realizadas durante a COP26, em que se elege a governança da WIM, determina-se as modalidades processuais do SNLD e se começa a discutir a criação do Fundo para Perdas e Danos, as quais preparam as negociações da COP27 para que estas ocorressem com maior facilidade para se chegar a um acordo definitivo.

Cabe ressaltar ainda, o estabelecimento de um “governo de transição”, como havia sido demandado pelo G77, para fazer este fundo aos moldes do Fundo Verde do Clima.⁴⁸ Neste modelo, o governo de transição vai ajudar a operacionalizar o fundo e fazer recomendações para a próxima COP; esse deve ter sua primeira reunião em março deste ano. Mas, aqueles que direcionam críticas ao acordo afirmam que assim como os US\$ 100 bilhões ao ano que não foram honrados, este fundo também não entrará em operação no prazo prometido, ainda que diversos países do sul geopolítico estejam sofrendo hoje com os eventos extremos e os danos irreparáveis das mudanças climáticas.

Nessa lógica, a opinião pública acerca do sucesso desta COP em relação à pauta de perdas e danos se mostra dividida. Enquanto alguns veículos da imprensa ressaltam a importância da institucionalização da agenda para sua futura implementação, outros relembram as promessas quebradas e a falta que os financiamentos fazem para a operacionalização dos projetos verdes nos países de média e baixa renda. A reportagem do *The Guardian*⁴⁹ apresenta um exemplo do primeiro caso: “O fundo [...] é um sinal otimista de que a maioria das desigualdades mundiais existentes em decorrência das mudanças climáticas estão, pelo menos em parte, sendo agora reconhecidas.”

Outro ponto de destaque nas decisões desta COP foi a “organização institucional do SNLD para catalisar a assistência técnica aos países em desenvolvimento, principalmente os vulneráveis para lidar com os efeitos adversos das mudanças climáticas”, como coloca matéria publicada no site da UNFCCC.⁵⁰ Essa iniciativa se mostra de grande importância na medida em que diversos eventos extremos climáticos ameaçam não só a sobrevivência humana, como também patrimônios históricos, centros de pesquisa, museus, entre outros locais onde há perdas imateriais, o que com auxílio técnico e monitoramento pode ser evitado ou mitigado, uma vez que as autoridades locais sejam equipadas e preparadas com conhecimentos e ferramentas para lidar com tais situações de emergência.

Além disso, no segundo dia de conferência, o secretário-geral da ONU, António Guterres, anunciou o Plano de Ação Executivo para Sistemas de Avisos Antecipados, sobre eventos climáticos extremos e perigosos, e pediu investimentos iniciais de US\$ 3 bilhões no período entre 2023 e 2027.⁵¹ Esta foi considerada uma iniciativa importante para o geomonitoramento e alerta às consequências das mudanças climáticas de curto e longo prazo, principalmente para que os países vulneráveis sejam capazes tanto de responder de forma rápida às ameaças como de pleitear maior responsividade dos demais em caso de deslocamentos em massa da população local. Outro ponto importante da COP foi a Agenda de Adaptação de Sharm el-Sheikh, que “delineia trinta resultados da adaptação para aumentar a resiliência de 4 bilhões de pessoas que vivem nas comunidades mais vulneráveis ao clima até 2030” de acordo com o *ClimaInfo*,^{52 53} entre elas cabe citar “Proteção de 3 bilhões de pessoas através da instalação de sistemas inteligentes e de alerta precoce”.⁵⁴

Houve também discussões sobre o ponto debatido em COPs anteriores, no acordo de Varsóvia, e que é sensível ainda hoje para os países mais vulneráveis, como o grupo AOSIS, os LDC, a AILAC (Aliança Independente de países Latinos e Caribenhos - Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai e Peru) e inclusive para o G77, qual seja, a questão dos impactos de curto e longo prazo das alterações climáticas e as perdas não só materiais, mas também históricas, culturais, etnológicas, de biodiversidade e da resiliência dos ecossistemas. Isso porque a pauta de perdas e danos lida com consequências que não podem ser contornadas com a agenda de adaptação, pois os estragos já estão presentes na atualidade e apresentam consequências irreversíveis, o que leva os países mais vulneráveis a demandarem com urgência um apoio financeiro para uma rápida resposta aos eventos extremos a fim de reconstruírem o que for perdido, quando possível.

Em contrapartida, a matéria do Observatório do Clima lançada em novembro de 2022 demonstra a morosidade nas decisões e a falta de compreensão do problema de forma global e interconectada. Esta cita:

“Juntamente com o V20, o fórum dos países vulneráveis, o G7, grupo das sete nações mais ricas, lançou na COP o chamado Global Shield, uma iniciativa chamada por um ministro de Gana de ‘Plano Marshall para o Clima’. A empolgação da analogia contrasta com a magreza com os recursos destinados ao tal ‘Plano Marshall’: US\$ 170 milhões em doação do governo da Alemanha. Compare-se isso aos US\$ 30 bilhões de prejuízo estimado com as enchentes do Paquistão em 2022.” (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2022)

Contudo, cabe o questionamento pouco presente ainda nas COPs: mesmo que a participação de grupos minoritários da sociedade civil seja hoje mais ativa do que no passado, principalmente dos povos indígenas, o que a inação nas negociações ou a demora para se chegar a um acordo representa quanto a perdas imateriais para algumas comunidades e povos? Há muita preocupação entre os países mais desenvolvidos acerca de quem pagará a conta das mudanças climáticas. Em termos financeiros, este debate não deixa de ser absolutamente relevante como apresentado até aqui, mas não esgota as demandas de países do Sul, principalmente os mais vulneráveis, que vêm pagando a maior parte da conta em ambos aspectos, material e imaterial, financeiramente, com vidas humanas e perda de patrimônio histórico, ambiental e cultural.

Ademais, a morosidade para repassar os apoios financeiros prometidos e angariar investimentos onde há maior necessidade, nos países do sul geopolítico, demonstra as disputas de poder existentes no sistema internacional associadas à falta de ação coletiva para lidar com a problemática. Isso demonstra o lugar que a pauta climática ocupa no hall de prioridades dos países desenvolvidos, ainda que estes também sofram, já na atualidade, as consequências das mudanças climáticas, porém mais drasticamente se trata de vida ou morte para os pequenos países insulares, AOSIS, já que o aumento do nível do mar ameaça sua própria existência.⁵⁵

Com isso, à luz de uma reportagem lançada no *The Washington Post* em dezembro de 2022, que relata as conclusões de estudos feitos pelo Potsdam Institute sobre os efeitos climáticos para a metade do século, revela-se a alta probabilidade de se observar um pico no aumento das temperaturas em 2050, com graves consequências climáticas para o planeta, para só então estas baixarem a níveis aceitáveis. A pesquisa analisou 1.200 cenários possíveis, dadas as decisões dos líderes políticos, e concluiu que apenas em 230 desses a meta de limitar o aumento da temperatura ao final do século até 1,5°C é mantida, com caminhos que levam a um aumento de até 5°C na metade do século. Destes 230 cenários foram excluídos aqueles que permitiam irresponsabilidades sociais a curto/médio prazo, como desemprego em massa, e restaram 112 cenários. Destes, 82 caminhos assumem a possibilidade de ocorrer picos de temperatura em 2050, os quais podem acarretar consequências devastadoras como a “irreversível perda da camada leste de gelo do Antártico”, sobrando apenas 26 caminhos possíveis para se atingir as metas esperadas ao longo do século.⁵⁶

Portanto, analisar e cobrar decisões mais robustas e compatíveis com a realidade climática em que se vive é urgente para que as metas globais, e para que as vidas de muitas populações do sul geopolítico, possam ser preservadas. Não há tempo a perder e as arenas de negociações multilaterais são um ambiente vital para coordenar as ações climáticas coletivas e individuais. Com isso, a declaração do enviado especial da primeira-ministra de Barbados, Avinash Persaud, resume a ideia que fica desta COP e as expectativas para a próxima:

“We have a historic decision to establish a loss and damage fund for countries acutely impacted by the warming climate. It was the result of the strong leadership by the alliance of small Island states with an amazing degree of solidarity shown by the rest of the world, from the major industrialising developing countries and the developed ones. It is a small victory for humankind. Now we need to redouble efforts behind an energy, transport and agriculture transition that will limit these climate losses and damages in the future.”

(CLIMAINFO, 2022)

Setores e agentes da obstrução climática

O objetivo da presente seção é abordar como se deu tanto a atuação dos Estados em relação aos combustíveis fósseis quanto a das empresas do setor. Além disso, pretende-se identificar os discursos, o comportamento e os interesses dos agentes envolvidos com o negacionismo, com o atraso e com a obstrução climática, seja nos salões da COP, seja na esfera digital.

O impacto da conjuntura

Pode-se dizer que o contexto geopolítico, marcado pela guerra na Ucrânia e pelo consequente aumento dos preços dos alimentos e da energia, proporcionou um terreno propício para os negacionistas e obstrutores da ação climática. Isso porque a elevação geral do custo de vida gerou críticas de que as ações pró-clima seriam medidas articuladas por elites com o objetivo de destruir o padrão de vida ocidental, entre outras. Além disso, houve um retrocesso, pelo menos no curto prazo, no compromisso dos Estados com a descarbonização de suas matrizes energéticas. Tal evento se deve ao fato de que a invasão russa na Ucrânia levou grande parte dos países ocidentais, sobretudo da Europa,⁵⁸ a declarar diversas sanções contra a Rússia. Essa, em retaliação, chegou a realizar cortes de até 88% no fornecimento de gás à Europa, o que praticamente dobrou os preços no decorrer de 2022.⁵⁹ Como resultado, vários países postergaram a descarbonização de suas economias, com o aumento do uso do carvão e a extensão da vida útil de usinas termelétricas de matriz mais suja, bem como pela realização de uma “corrida pelo gás” na África.

Nesse sentido, apesar da crise energética ter demonstrado que um sistema baseado em fontes de energia renováveis pode ser mais seguro do que um dependente da importação de combustíveis fósseis, a resposta dos países foi, de imediato, na direção contrária, com o aumento da compra

e dos investimentos nesses últimos. A título de exemplo, nos meses que precederam a conferência, vários movimentos nessa direção puderam ser observados, como o levantamento da moratória sobre o fraturamento hidráulico (*fracking*) pelo Reino Unido e o encontro de Biden e Scholz, em julho e setembro, respectivamente, com Mohammed Bin Salman, príncipe da Arábia Saudita, para assegurar suas respectivas importações de petróleo. Outros países, como Japão e Holanda, têm construído, reaberto ou atrasado o encerramento de estações de energia alimentadas por carvão, enquanto investem em projetos de óleo e gás no exterior.⁶⁰

Vale dizer que essas ações têm acirrado as tensões entre o Norte e o Sul geopolítico, visto que países como Índia e China e várias outras nações em desenvolvimento defendiam, na COP26, seu direito ao desenvolvimento pela exploração das reservas de petróleo e de gás natural presentes em seus territórios, mas tinham os fundos de ajuda externa e os investimentos que recebiam do Ocidente bloqueados para este fim. Tratava-se de uma forma de condicionalidade, agora em contradição com a própria prática dos países ocidentais. A necessidade de suprir a falta do óleo e gás russo tem levado os países ricos, sobretudo da Europa, a incentivar a exploração de combustíveis fósseis em países de baixa renda, em sua maioria da África. Isso tem suscitado acusações de hipocrisia por parte de países africanos, que em sua maioria não possuem grandes reservas de recursos fósseis, mas sofrem fortemente o impacto de seu uso.⁶¹ Sobre essa questão, houve uma divisão entre os países do continente que rejeitam esse incentivo à exploração energética, como o Quênia, que anunciou que toda sua energia seria proveniente de fontes renováveis até 2030 e que exortou outros países a seguirem nessa direção, e entre as nações como o Senegal, que defenderam abertamente os investimentos na produção de gás na África. Ou seja, a contradição no comportamento ocidental também tem gerado divisão entre os países do Sul.

Delegação do Big Oil

Outro fator que dificultou maiores avanços na conferência foi, como mencionado anteriormente, a delegação expressiva de pessoas ligadas ao setor de combustíveis fósseis, estimada em 636 pela ONG *Global Witness* o que representa um aumento de 25% em relação à COP anterior, que contava com 503 delegados ligados à área. Entre esses, 200 eram lobistas presentes em delegações nacionais, o que lhes proporcionou acesso às salas de negociação normalmente restritas à sociedade civil, e 436 participaram como representantes de grupos comerciais, instituições internacionais e ONGs. Se o Big Oil fosse uma delegação, seria a segunda maior da conferência, perdendo apenas para a dos futuros anfitriões da COP28, os Emirados Árabes Unidos (na qual a análise encontrou 70 pessoas conectadas à exploração de óleo e gás).

A presença expressiva do setor rendeu declarações que contrariam os objetivos da conferência, como as de Omar Farouk Ibrahim, diretor da *African Petroleum Producers Organisation*, que disse que “Se você não está na mesa, você estará no menu”, o que denota a clara intenção de influenciar as negociações para perpetuar a economia fóssil ou, pelo menos, para protelar a tomada de medidas que prejudiquem o setor no curto e no médio prazo. Já a CEO da *Occidental Petroleum* Vicki Hollub, zombou dos que defendiam o fim do uso dos combustíveis fósseis, insinuando que isso representaria uma situação caótica e que a responsabilidade da emergência climática se estende não só aos produtores, mas sobretudo aos consumidores.⁶⁴ Do mesmo modo, o ministro de energia da Arábia Saudita, o maior exportador de petróleo do planeta, declarou que os ativistas que colocavam em dúvida os compromissos climáticos do país estavam errados e que a nação era, na verdade, um exemplo para os produtores de hidrocarbonetos. Do outro lado, eram denunciados diversos acordos de exploração de combustíveis fósseis fechados durante a conferência, com o grupo *Energy Tracker Asia* identificando 15 declarações de empresas da área, incluindo um acordo da *TotalEnergies* com Israel e Líbano para a exploração de gás na região costeira dos países.⁶⁵ “A COP27 parece uma feira da indústria de combustíveis fósseis”, uma ativista do grupo *Corporate Accountability* declarou.

Esse cenário evidencia as contradições de uma COP que se disse “africana”, mas que teve uma delegação de lobistas da economia fóssil maior do que qualquer delegação nacional do próprio continente. Do mesmo modo, a conferência foi marcada pelo número reduzido de ativistas do sul geopolítico, de comunidades indígenas e de representantes de outros grupos que são desproporcionalmente afetados pelas mudanças climáticas e que tiveram sua participação dificultada devidos aos altos custos de viagem e estadia, aos problemas na obtenção de vistos e às ações repressivas do país anfitrião.⁶⁶ A sociedade civil, no entanto, não ficou inerte, tendo organizado protestos no seio da conferência por meio da campanha do *Kick Big Polluters Out*, para resguardar as negociações da interferência corporativa.⁶⁷

As COPs representam oportunidades para se lançar luz sobre as atividades que mais contribuem para a emergência climática, seus responsáveis, bem como para as comunidades e setores mais vulneráveis a seus efeitos. Nesse sentido, diversas organizações, jornalistas e investigadores se valem da visibilidade do evento para divulgar seus achados sobre o setor de óleo e gás, um dos mais poluentes do mundo.

Dessa forma, uma análise feita por diversas ONGs e lançada na COP27⁶⁸ revelou que praticamente todas as companhias de óleo e gás estão planejando um aumento expressivo em suas operações, o que resultaria na emissão de mais de 115 bilhões de toneladas de dióxido de carbono (CO₂) e comprometeria severamente as chances de limitar o aumento da temperatura do planeta a 1,5°C. Estas empresas já investiram na expansão de suas atividades cerca de US\$ 160 bilhões desde 2020. No entanto, isso contraria frontalmente as recomendações feitas pela Agência Internacional de Energia (AIE) em 2021, segundo as quais o alcance da neutralidade de carbono em 2050 seria incompatível com a continuação de projetos que envolvam a produção de combustíveis fósseis para além de 2022. A análise também demonstrou que os planos de aumento da exportação de gás liquefeito de petróleo (GLP) ao redor do mundo chegam ao dobro da quantidade atual. Entretanto, esses projetos (que ainda preveem a

utilização do método de *fracking* que traz grandes riscos ao meio ambiente ao redor) estão concentrados na América do Norte, onde 44% das plantas de GLP em desenvolvimento estão localizadas nos EUA e 11% no Canadá.

Um fator a mais de pressão para as grandes petroleiras, que tiveram um lucro recorde de US\$ 60 bilhões no segundo semestre de 2022 e uma projeção de rendimento de US\$ 150 bilhões até o final do ano (o melhor resultado do século até então), foi a revelação de sua responsabilidade histórica em relação à emergência climática. Sobre isso, foi divulgada nesta COP que as cinco maiores empresas do setor (Chevron, ExxonMobil, BP, Shell e Total), sozinhas, são responsáveis por 11,38% das emissões históricas de CO₂.⁶⁹ Este número é quatro vezes maior do que as contribuições combinadas dos 150 países com menores emissões. Além disso, essas companhias, caso continuem operando normalmente, ainda podem ser responsáveis por cerca de US\$ 65 bilhões anuais em perdas e danos nos países do sul geopolítico até 2030.

Outro achado veio com o lançamento do *Climate Trace*, pelo ex-vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, que entre outras coisas evidenciou que as emissões de refinarias e centros de processamento de óleo e gás são três vezes maiores do que o declarado pelas empresas.⁷⁰ Tal instrumento adicionou uma camada de transparência ao monitoramento de emissões ao redor do mundo, o que pode facilitar o escrutínio sobre o *Big Oil* e levar à cobrança por medidas mais efetivas de regulação sobre o setor nas próximas conferências.

Gás natural como combustível de transição e a “corrida pelo gás” na África

Em Glasgow, houve o lançamento da *Beyond Oil and Gas Alliance* (BOGA), uma aliança liderada pela Dinamarca e pela Costa Rica com o objetivo de promover a transição energética de energias fósseis para renováveis. No entanto, a guerra na Ucrânia e a redução no fornecimento de gás russo para a Europa mudaram o tom das discussões.⁷¹ Na COP27, o debate

sobre se o gás natural deveria ser considerado como um combustível de transição, ao invés de fóssil, ganhou força, tendo recebido estímulos do país anfitrião.

O Egito demonstrou interesse em se tornar um grande exportador de gás natural, o que ficou claro quando o país sediou, antes do evento, o *Gas Exporting Countries Forum*. Nesse espaço, ministros declararam que a COP27 e a COP28 apresentariam uma “grande oportunidade para advogar pelo gás na transição energética”.^{72 73} Em consonância, o presidente da conferência, Sameh Shoukry, chamou o gás natural de “uma fonte energética de transição”.

No entanto, apesar das ambições egípcias, a maior parte de suas reservas de gás é controlada por empresas estrangeiras. A respeito disso, vale destacar que a *British Petroleum* (BP) detém cerca de 60% das reservas de gás natural do país e que seu CEO, Bernard Looney, possui ligações pessoais com o presidente egípcio Abdel Fatah al-Sisi. Em um e-mail de março de 2022, divulgado pelo *The Guardian*, o embaixador britânico no Cairo comenta com seu colega do Ministério das Relações Exteriores em Londres que “A BP no Egito estava receptiva, mas discreta sobre os planos da BP [matriz] sobre energia verde. Eles disseram que tinham suas mãos cheias de gás, então era improvável que fizessem muito.”⁷⁴

Além disso, a demanda europeia por energia no curto e no médio prazo levou a uma espécie de “corrida” dessas nações e das companhias de combustíveis fósseis para promover a exploração de gás na África. O argumento dos empresários e líderes africanos favoráveis à exploração das reservas do continente é de que isso representaria um avanço em direção ao combate à pobreza energética e ao fortalecimento da soberania desses países. Contudo, é preciso considerar que a maioria dos projetos de gás em desenvolvimento na África é destinada à exportação. Ademais, a demanda europeia pode não ser sustentável no longo prazo, à medida que a Europa aumente seu investimento em fontes mais sustentáveis.

Em uma polêmica no início da conferência, a Comissão Econômica da ONU para a África (CEA) selecionou o advogado camaronês NJ Ayuk, que já havia sido condenado por fraude nos EUA e investigado por lavagem de dinheiro em Gana, para chefiar o *Team Energy Africa*. A iniciativa, que foi cancelada após as revelações, tinha o objetivo de mobilizar investimentos privados para o setor energético renovável na África, mas Ayuk, um lobista do setor fóssil, queria utilizá-la como uma oportunidade para promover a exploração de gás no continente.⁷⁵

Vale ressaltar que, em reação, a sociedade civil africana se organizou em torno da coalizão *Don't Gas Africa*, de modo a pressionar seus líderes a investir nas mais diversas formas de energia renovável (da solar à geotérmica) e a rejeitar a exploração de óleo e gás, que apontam como uma das causas da ampla falta de acesso à energia no continente, ao invés de uma possível solução.⁷⁶

Captura e armazenamento de carbono

A COP27 também apresentou um ambiente favorável para aqueles que advogam pela Captura e Armazenamento de Carbono (CAC)⁷⁷ como uma tecnologia capaz de contribuir para o atingimento das metas climáticas, sem que grandes mudanças na matriz energética ou no sistema produtivo sejam necessárias.

Nessa perspectiva, a abertura do “Dia da Descarbonização”, que ocorreu em 11 de novembro, com o objetivo de abordar como indústrias altamente poluentes podem reduzir suas emissões por meio de técnicas inovadoras, o ministro do petróleo do Egito, Tarek el Molla, declarou que o “Óleo e o gás têm um papel vital a desempenhar nesta transição. Já que são parte do problema, deveriam ser parte da solução.”⁷⁸ No encontro, discutiu-se muito sobre a realização de cortes nas emissões de metano derivadas do processo produtivo e sobre os potenciais de utilização da captura e armazenamento de carbono, mas pouco se falou da necessidade de superação da produção de energia fóssil.⁷⁹

Ainda nesse evento, alguns dos principais Estados petrolíferos, como Egito, EAU, Arábia Saudita e Canadá expuseram seus projetos para a utilização da CAC em escala e pressionaram para que a ONU incluisse a tecnologia em um plano para aumentar as ambições das metas climáticas nesta década. Nas negociações sobre quais tipos de “remoção de carbono” seriam elegíveis para serem negociadas como crédito de carbono, o corpo técnico recomendou uma definição ampla de “remoções” como qualquer atividade humana que, de maneira duradoura, armazene o carbono em formações geológicas, nos oceanos, na terra, em reservatórios marítimos ou em produtos. Dentro desse entendimento, até móveis de madeira seriam contabilizados como “removedores” de carbono. A Argentina, o Brasil e o Uruguai levantaram preocupações sobre a linguagem vaga da proposta.

A tecnologia de CAC tem sido defendida há décadas, principalmente por grandes poluidores, mas seu uso até então não tem demonstrado viabilidade econômica ou ecológica. As 28 plantas de CAC em atividade capturam apenas 0,1% das emissões resultantes da queima de combustíveis fósseis. Dessa quantidade, apenas 19% é capturada para o sequestro geológico, sendo a outra parte reutilizada para produzir mais petróleo.⁸⁰

Os ativistas consideram essa uma “solução falsa”, que apenas prolonga a vida útil da indústria fóssil, ao distrair os cidadãos e os agentes públicos sobre a necessidade de eliminar sua produção. No entanto, a ênfase na “descarbonização”, em vez de ajudar na redução do uso de combustíveis fósseis, pode acabar sendo uma tendência para a próxima conferência, visto que os EAU estão entre os maiores defensores da tecnologia. Do mesmo modo, a Arábia Saudita anunciou a criação de um *hub* de CAC como forma de atingir o *net zero* até 2060, o Al Reyadah, apresentado pela Empresa Nacional de Petróleo de Abu Dhabi como “a primeira unidade de captura e armazenamento de carbono em escala comercial da região”. O Egito, por sua vez, na primeira semana da conferência, quando lançou a iniciativa regional do *East Mediterranean Gas Forum*, deu destaque à tecnologia.

Por fim, é preciso destacar que essas empresas de óleo e gás podem estar pondo em risco não só as metas de 1,5°C (já bastante difíceis de serem atingidas), mas também seus investidores. Isso porque seus planos de redução de emissões estão assentados sobre tecnologias que são caras, sem eficácia comprovada em larga escala e que, associadas à compra e venda de créditos de carbono, podem acabar atrasando a realização de cortes absolutos nas emissões.⁸¹

Agronegócio

Para além do *Big Oil*, um tema que merece igualmente ser mencionado, justamente pelo fato de ser pouco discutido na conferência e por sua importância para que haja uma redução geral nas emissões, é o setor do agronegócio. Apenas três de todos os acordos finais das COPs mencionam a pecuária e a única ação que propõem em relação a ela é a “gestão”. Em nenhum deles há menção à “redução⁸²” ou ao papel deste setor no desmatamento.

A agropecuária é responsável por 16% a 28% das emissões de GEE, de acordo com um artigo recente publicado no periódico *Sustainability*. Mesmo considerando o menor número (16,5%), isso é mais do que o total emitido pelo setor de transportes e está em franco crescimento - nos 20 anos até 2018 o consumo de carne cresceu 58%.

A criação animal emite 57% dos GEE do sistema alimentar e é também a maior fonte de metano decorrente das atividades humanas. Este gás permanece por menos tempo que o CO₂ na atmosfera, mas possui impacto destrutivo muito maior, embora não haja menção à pecuária no “*Global methane pledge*” da COP26. Da mesma forma, uma análise da Chatham House constatou que apenas 12 nações fazem referência às emissões derivadas da pecuária em seus compromissos climáticos oficiais, embora nenhuma delas busque reduzir sua produção.

Grande parte desse silêncio sobre o papel do agronegócio deriva do poder político (representação parlamentar, por exemplo), mas também do poder cultural do setor, devido à profunda conexão cultural e psicológica que as pessoas têm com seus hábitos alimentares. Além disso, o setor também se vale de táticas de negação e de atraso já utilizadas pelo setor fóssil, que são raramente desafiadas pela mídia. Como exemplo, pouco antes da conferência foi revelado que um centro acadêmico da Universidade da Califórnia, Davis, foi fundado e financiado por lobistas do setor pecuário. Seus trabalhos produziam sistematicamente estimativas mais baixas sobre o impacto da criação animal e iam na direção contrária do consenso científico.⁸³

Mais especificamente em relação à COP27, foi lançado, no dia 7 de novembro, o “Roteiro do Setor Agrícola 1,5°C”,⁸⁴ um compromisso firmado por 14 grandes empresas de alimentos para reduzir as emissões decorrentes da mudança do uso da terra em suas atividades. Entre as empresas, algumas brasileiras como Amaggi, Marfrig e JBS. O discurso oficial declara compromissos ambientais para alguns biomas brasileiros. Para Amazônia, assumem o fim do desmatamento legal e ilegal para fornecedores diretos em 2023 e, para fornecedores indiretos, em 2025. No Cerrado, o prazo para acabar com o desmatamento ilegal por fornecedores diretos e indiretos é 2025. Em outros biomas do Brasil as datas-alvo ainda serão definidas, dependendo do desenvolvimento dos sistemas de monitoramento necessários.⁸⁵ Entretanto, a iniciativa que começou a ser discutida em Glasgow possui algumas deficiências graves. A principal crítica provém da sociedade civil, com a afirmação de que a proposta não aborda, por exemplo, a pronta eliminação do desmatamento da cadeia de produção de bens primários. Em entrevista ao *Valor*,⁸⁶ Maurício Voivodic, do WWF-Brasil, explica:

“a confusão que as traders fazem com a versão do termo desmatamento para o inglês. Usam ‘deforestation’ como sendo só florestas e ‘conversion’ como sendo o desmatamento de Cerrado ou de ambientes não florestais. Portanto permitem que o desmatamento continue no Cerrado, que é o maior problema da soja hoje. O Cerrado é um ambiente extremamente ameaçado.”

Sendo assim, apesar do discurso oficial das empresas participantes da iniciativa de combate ao desmatamento, há críticas que evidenciam um descompasso no entendimento sobre o que seriam ações eficazes sobre combate ao desmatamento. Além disso, os problemas das emissões de metano entérico não foram abordados no documento.

Greenwashing

De forma positiva, houve na conferência o estabelecimento de regras mais estritas para que empresas, cidades e países se declarem comprometidos com o *net zero* e o pronunciamento de críticas bastante duras feitas pelo secretário-geral da ONU contra o *greenwashing*. Nesse sentido, um Grupo de Alto Nível criado na COP26 por Guterres, composto por especialistas independentes para resolver a “confusão e o déficit de credibilidade” nas metas de *net zero* de entidades não-estatais, concluiu que todos aqueles que tiverem seus investimentos ligados à exploração de combustíveis fósseis, ao desmatamento e a outras atividades ambientalmente destrutivas, não poderão ser considerados como alinhados ao *net zero*.⁸⁷

Quanto às novas regras, essas exigem que os inventários de emissões contenham dados de todas as etapas da cadeia de valor, incluindo as associadas à cadeia de suprimentos, ao uso e ao descarte dos produtos. Além disso, a compra de créditos de carbono deve ser antecedida por esforços pela redução significativa das emissões em todo o processo produtivo.

Já as declarações do secretário-geral foram direcionadas, em certos momentos, exatamente para as companhias de combustíveis fósseis e seus financiadores, condenando a utilização de seus compromissos com as metas de neutralização das emissões para ocultar a expansão de suas atividades poluidoras.⁸⁸

A falta de credibilidade nas metas apresentadas pelos atores mais diversos pode ser vista em um relatório da *Net Zero Tracker*,⁸⁹ que mapeou os compromissos dos 25 países que mais emitem gases

de efeito estufa, das cidades com mais de meio milhão de habitantes e de 2 mil empresas listadas em bolsas mundiais. De todo esse grupo, apenas 30% prometeu a neutralização das emissões em algum momento. Dessas, a maioria afirma que só atingirá o *net zero* em 2050 sem, no entanto, estabelecer metas intermediárias que possam ser acompanhadas nem incluir as emissões ao longo da cadeia produtiva. Também é agravante o fato de que a maioria se baseia na compra de créditos de carbono como forma de compensar suas emissões.

Esfera digital

Dada a importância das redes sociais no cenário atual, é interessante incluir o âmbito das redes e verificar quais discursos negacionistas, obstructionistas ou de atraso foram prevalentes durante a COP27. Em retrospectiva, a COP26 foi dominada por narrativas que se baseavam na inação de países vizinhos ou de grandes potências para argumentar contra a ação climática doméstica; nas críticas à hipocrisia e ao elitismo da conferência; e no descrédito quanto às fontes de energia renováveis.

Além disso, vale lembrar que na COP26 o Google anunciou que pararia de monetizar conteúdos negacionistas quanto às mudanças climáticas a partir de 9 de novembro de 2021.⁹⁰ No entanto, uma pesquisa do *Center for Countering Digital Hate* mostrou que a companhia não manteve sua promessa, tendo recebido cerca de US\$ 421 mil de propagandas negacionistas apenas do *Competitive Enterprise Institute*. Ademais, nos últimos dois anos, o Google obteve mais de US\$ 10 milhões com propagandas do *Big Oil* associadas à prática de *greenwashing*, endo direcionado os anúncios dessas companhias para termos de pesquisa relacionados à sustentabilidade ambiental, como “ESG” (*Environmental, Social and Governance*)⁹¹.

De acordo com as análises do *Institute for Strategic Dialogue (ISD)*, a atuação *on-line* daqueles que espalham desinformação climática se dá a par-

tir de dois tipos de perfis: os influenciadores climáticos e os não-climáticos. Os primeiros se declaram especialistas, postam consistentemente sobre o tema, oferecendo um verniz de credibilidade acadêmica à desinformação, mas exercem menos impacto do que os últimos. Já esses são personalidades com muitos seguidores, mas que discutem o clima como parte de uma agenda antiprogressista mais ampla, que mistura o tema climático com assuntos de raça, gênero, pandemia, conspirações, entre outros.

Enquanto em Glasgow o negacionismo climático parece ter sido superado por formas mais sutis de atraso e de obstrução à ação climática, em 2022 houve uma ressurgência daquele. Notou-se um crescimento expressivo de publicações no *Twitter* fazendo referência à *hashtag* “#ClimateScam”, desde julho de 2022. Pode-se dizer que a crise energética e a inflação dos alimentos contribuíram para um discurso que afirma que as elites globais ou líderes nacionais específicos estão usando a ação climática como pretexto para a difusão do comunismo, para implementação de medidas autoritárias ou para destruição do modo de vida dos cidadãos comuns do Ocidente.

Na COP27, os discursos de teor negacionistas/obstructionistas se valeram de estratégias diversas, como: crítica à hipocrisia dos países desenvolvidos, por defenderem o uso de renováveis em nações pobres enquanto buscam por mais óleo e gás, como forma de advogar pela inação dos países em desenvolvimento;⁹² conspirações envolvendo organizações internacionais, como o Fórum Econômico Mundial e a ONU;⁹³ ataques a Greta Thunberg,⁹⁴ até mesmo com teor sexual e misógeno, ou a utilização de suas críticas à COP27 para se contrapor às negociações climáticas no geral; o *hot topic* do ano, perdas e danos, foi alvo de campanhas de desinformação, sobretudo no Reino Unido, com perfis e jornalistas que tentaram chamá-lo de “reparações climáticas”,⁹⁵ para produzir rejeição nos cidadãos, argumentando que os britânicos estariam sendo punidos por seu pioneirismo na re-

volução industrial;⁹⁶ houve também o ressurgimento de uma tendência viral na COP26, que utilizava a imagem de um aeroporto repleto de jatos privados, relativa ao *Super Bowl* de 2021, para acusar a conferência de elitismo e de hipocrisia⁹⁷ - com uma novidade, entretanto: se em 2021 as publicações com maior alcance que utilizavam a fotografia vinham do espectro da direita política, esse ano os *posts* com maior engajamento vinham de perfis progressistas; desinformação sobre carros elétricos, superdimensionando a quantidade de minerais requeridos para sua fabricação e minimizando a redução nas emissões foram espalhadas por pessoas financiadas pelos irmãos Koch,⁹⁹ o que já havia acontecido na COP26.¹⁰⁰

A análise do ISD sobre a COP26 já havia demonstrado como o tema das mudanças climáticas havia se misturado a outros que compunham a chamada “guerra cultural” capitaneada por reacionários de extrema-direita. Esta ameaça, entretanto, não é inócua nem se restringe ao universo digital. Pouco antes da COP27, três figuras proeminentes do campo climático - Izabela Teixeira, Ana Toni e Laurence Tubiana - publicaram um texto¹⁰¹ no qual afirmavam que “o populismo reacionário é agora o maior obstáculo para lutar contra as mudanças climáticas”.

Por fim, para o *Climate Action Against Disinformation*, o problema da desinformação climática na internet é, sobretudo, um problema de publicidade e das mídias sociais. A publicidade contribui para o financiamento de atores de má-fé, gerando receitas proporcionais ao engajamento, que geralmente é maior em temas polêmicos, bem como para a ampliação do alcance desses discursos, já que as ferramentas de anúncio podem direcioná-los para os consumidores e organizações que mais desejam impactar. Dessa forma, talvez fosse importante que, nas próximas conferências, mecanismos de regulação dessas plataformas fossem pensados para limitar a difusão de conteúdos que obstaculizam o desenvolvimento de políticas climáticas eficazes.

A participação brasileira

Como na COP26, a participação brasileira na COP27 sofreu críticas e expôs as divergências existentes no âmbito nacional entre a sociedade civil e o executivo na pauta climática e ambiental.

O Brasil foi para a COP ainda sob administração do governo Bolsonaro, porém as eleições encerradas em 30 de outubro elegeram Lula para assumir a presidência do país. Desse modo, ao mesmo tempo em que chegamos com péssimos resultados do legado da política anticlima de Bolsonaro (por exemplo, o aumento das emissões de gases de efeito estufa, que cresceram em 2021 pelo quarto ano seguido e o desmatamento fora do controle), a participação de Lula na conferência representou esperança para a pauta climática no país e no mundo (OC, 2022). No primeiro discurso após o resultado das eleições, Lula reforçou o seu comprometimento em fazer do clima parte central de sua política externa e reforçou a intenção de zerar o desmatamento na Amazônia. Como bem resumido pelo Observatório do Clima (2022), o Brasil chegou a Sharm el-Sheik com dois governos. Um ainda no poder, mas ilegítimo naquele fórum, e outro cercado de expectativas, com muitas promessas, mas sem o “poder da caneta”.

Lula foi convidado pelo Consórcio Interestadual da Amazônia Legal, especificamente pelo governador do Amapá, Waldez Góes, presidente do consórcio, pelo governador do Pará, Hélder Barbalho, e pelo Brazil Climate Action Hub. Além disso, também foi convidado pelo presidente egípcio, Abdel Fattah el-Sisi, que parabenizou o presidente eleito e reforçou seu interesse em ampliar as relações de amizade entre os dois países, destacando que confia na capacidade do Brasil em desempenhar um papel positivo na ação climática internacional.¹⁰²

O então presidente eleito discursou na conferência no dia 16 de novembro sob muita expectativa e em um salão lotado de espectadores. Lula ressaltou o fato de ser convidado antes mesmo que tivesse assumido e argumentou que o fato se deve ao

motivo de que o mundo deseja ver o Brasil participando novamente das discussões sobre clima e meio ambiente. Assim, declarou o comprometimento de colocar o Brasil novamente na direção de construir um planeta mais saudável e justo, assumindo que o combate à mudança climática terá o mais alto perfil na estrutura de seu governo.

Outro ponto de destaque na fala do novo presidente foi o anúncio da criação do Ministério dos Povos Originários (que depois mudaria de nome para Ministério dos Povos Indígenas), que tem como objetivo dar aos povos indígenas papel de atores na formulação das políticas públicas voltadas para a preservação de seu próprio povo e da floresta amazônica. Além disso, foi anunciado que a Alemanha e a Noruega já informaram que pretendem reativar o Fundo Amazônia, mecanismo que financia medidas de proteção ambiental na Amazônia e que ficou paralisado ao longo do governo de Bolsonaro. Outros destaques no campo da cooperação foi o anúncio de que o acordo sobre florestas entre Brasil, Indonésia e Congo será fortalecido; o lançamento da iniciativa Cúpula dos Países Membros do Tratado de Cooperação Amazônica (Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela), que propõe um espaço onde, pela primeira vez, possa ser possível discutir de forma soberana a promoção do desenvolvimento na região, envolvendo tanto a questão social como a responsabilidade climática; e a divulgação de que o Brasil se oferece para sediar a COP30, em 2025, reforçando o alinhamento com os compromissos do Acordo de Paris e com a descarbonização da economia mundial. Lula finalizou seu discurso enfatizando que a ação em prol do clima deve ser imediata, não há mais tempo a se esperar e que não é mais possível vivermos em direção ao abismo. Sendo assim, reforçou o espírito de esperança como o simbolismo da participação do Brasil na conferência.¹⁰³

A participação de Lula na COP27 demonstrou ao mundo que o Brasil deseja voltar a ser protagonista nesta agenda global. Contudo, houve também críticas por parte da sociedade civil em relação aos diversos compromissos assumidos, ou seja, muita fala e pouco plano de ação concreto. Dessa forma, os diversos

anúncios ambiciosos acarretarão cobranças por parte de seu eleitorado, mas que já se sente aliviado por ver a temática seguindo em conformidade com o consenso científico.¹⁰⁴

Como mencionado anteriormente, a delegação brasileira foi a segunda maior delegação nacional, com 574 integrantes e, novamente, alguns nomes “curiosos” compõem a lista, como na última COP.¹⁰⁵ Para além disso, a representação brasileira mostra um Brasil dividido entre diversos setores, de um lado o governo federal, chefiado pelo ex-ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, com um pavilhão de trezentos metros quadrados, um dos maiores da COP; os governadores da Amazônia; o governo recém-eleito e a sociedade civil, representada pelo Brazil Climate Action Hub.

Como bem exposto pelo *Observatório do Clima* em um artigo de posicionamento, antes do início da conferência, a atuação da diplomacia brasileira teria uma atuação discreta, uma vez que já estaria em vigor a transição de governo e, especificamente, entre governos com direcionamentos opostos. Dessa forma, o OC argumentou que o regime de Bolsonaro buscaria retirar a atenção da questão do uso da terra, o principal dilema das emissões brasileiras, utilizando do espaço oficial para enfatizar o uso das energias renováveis e a capacidade do Brasil neste setor. A previsão estava certa, ainda que nenhum compromisso tenha sido assumido por parte da representação oficial, a delegação do Executivo, apoiada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae),¹⁰⁶ buscou maquiar o desastre ambiental dos quatro anos de governo de Jair Bolsonaro.

Joaquim Leite, em entrevista à CNN, no dia 15 de novembro, no Egito, declarou que o Brasil nunca deixou de ser protagonista nas negociações sobre mudança climática, reforçando que o Brasil teria sido fundamental nas negociações sobre o mercado global de carbono.¹⁰⁷ Uma estratégia utilizada por este setor foi desviar das perguntas-chave, como o desmatamento.

Ao ser perguntado sobre o aumento do desmatamento na floresta amazônica, por exemplo, Leite afirmou que a melhor forma de combater a destruição das florestas é remunerar quem cuida delas.

Além disso, diversos programas em âmbito nacional foram destacados pela comitiva oficial como supostos esforços para amenizar as consequências da crise climática, a exemplo da Operação Guardiões do Bioma (voltada para o combate a incêndios e desmatamento ilegal); o Programa Paisagens Sustentáveis da Amazônia; o Programa Áreas Protegidas da Amazônia; o Projeto Estratégias de Conservação, Restauração e Manejo para a Biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal; o Novo Marco do Saneamento e Resíduos; e o programa Lixão Zero.¹⁰⁸ Um dos principais destaques expostos pelo governo federal foi o lançamento, no dia 15 de novembro, da Agenda Brasil + Sustentável, que é um documento que reúne mais de 800 ações supostamente alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.¹⁰⁹

O ex-secretário-especial de Articulação Social da Secretaria de Governo, Marcos de Araújo, explicou que trata-se de uma estratégia de comunicação para relatar o que o Brasil está fazendo na linguagem dos ODS. Gabriela Antunes, ex-coordenadora-geral de Articulação com Organismos Internacionais da Secretaria de Governo, afirmou que a Agenda Brasil + Sustentável é fruto de um trabalho colaborativo de todo o Governo Federal e que reflete as ações do governo para a sustentabilidade. De acordo com os participantes do Webinar - *A Agenda Brasil + Sustentável*, evento realizado presencialmente na COP27 e transmitido pelo *YouTube*, cada país adequa e prioriza as metas estabelecidas pelos ODS, de acordo com as suas peculiaridades.

O Consórcio da Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) apresentou, no dia 16 de novembro, ao presidente Lula, a Carta dos Governadores pela Amazônia.¹¹⁰ Neste documento, os governadores propõem fortalecer as políticas de desenvolvimento socioeconômico e de preservação do meio ambiente

nos nove estados que compõem o Consórcio. Destaca-se que os governadores do Acre, Amazonas e de Rondônia eram aliados de Bolsonaro e, mesmo assim, afirmam, a partir do bloco, que o modelo de desenvolvimento vigente trouxe o custo de ser ambientalmente devastador e socialmente excludente. Desse modo, afirmam que será necessário uma nova relação de cooperação entre o governo federal e a Amazônia Legal, que seja baseada na ciência. Seguindo os passos de Lula, o Consórcio solicitou que a COP de 2025 aconteça na Amazônia.

Alguns senadores também estiveram presentes na COP27. Além do presidente da casa, Rodrigo Pacheco, outros 12 parlamentares participaram da conferência. A nota oficial do Senado afirmou que a defesa do desenvolvimento econômico sustentável, a importância da energia limpa, a preservação florestal e a percepção de que o Brasil será protagonista da pauta ambiental no mundo foram os destaques da participação da casa legislativa brasileira no evento.¹¹¹ A noção de protagonista no cenário global também foi assumida por Pacheco em sua conta do *Twitter*, onde afirmou seu desejo pelo Brasil retomar seu lugar no sistema internacional como protetor do meio ambiente.

O governo recém-eleito teve seu principal ator, o então presidente eleito, Lula, que teve sua participação cercada de esperança em torno de políticas públicas pró-clima. Além dele, Marina Silva, atual ministra do Meio Ambiente, participou da conferência, onde se reuniu com John Kerry, enviado especial para o clima do governo Joe Biden.¹¹²

A sociedade civil novamente mostrou sua força e capacidade de ação em um regime marcado pela dificuldade de atuação. Por meio do Brazil Climate Action Hub (HUB), gerido pelo Instituto Clima e Sociedade (iCS), o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e o Instituto ClimaInfo, o Brasil foi representado por aqueles que se preocupam com a questão do clima e meio ambiente, proporcionando diversas mesas de debates, encontros e mesas de negociação entre setor priva-

do, institutos e agentes políticos. Como temas dos eventos organizados pelo HUB, tiveram destaque: justiça climática; financiamento e implementação; descarbonização; adaptação, perdas e danos e impactos nos territórios; e florestas e financiamento. Um ponto de debate foi colocado por Izabella Teixeira, ex-ministra do Meio Ambiente e uma das assessoras da presidência da COP27, ao dizer que na próxima conferência os três espaços voltarão a ser um só. É evidente que o atual governo possui, de forma geral, a mesma linha de atuação na questão ambiental de muitas organizações não-governamentais pró-clima. Contudo, pode ser questionado até que ponto uma representação unificada pelo governo federal não diminuiria a capacidade de ação dos atores da sociedade civil.

Em relação aos acordos e compromissos, dois ganharam destaque. O primeiro foi a Parceria de Líderes para Floresta e Clima (FCLP), resultado da *Declaração de Florestas*, lançada na COP26.¹¹³ Chama a atenção o fato de o Brasil ter estado ausente deste acordo. Segundo o Itamaraty, a não participação do governo brasileiro deriva do fato de que há espaços com melhor formato para tratar as necessidades dos países em desenvolvimento. Desse modo, ainda que o Brasil tenha assinado o acordo na COP passada, o governo federal se declarou reticente à nova iniciativa, reforçando que outros países em desenvolvimento também não integram a FCLP.

O segundo destaque foi a declaração conjunta de cooperação pelas florestas tropicais e pela ação climática, firmado por Brasil, Indonésia e a República Democrática do Congo.¹¹⁴ Possuindo as maiores florestas tropicais do mundo, estes Estados emitiram uma declaração que carece de plano concreto e necessita de mais transparência. Ademais, o documento de cinco páginas adianta alguns pontos-chave da parceria, como a criação de um novo fundo internacional dedicado à biodiversidade e cooperação na implementação do mecanismo de pagamentos por resultados na conservação, o REDD.

É interessante notar um certo pragmatismo no discurso do Executivo. A falta de preocupação com o meio ambiente era escancarada no governo Bolsonaro, seja nas falas do presidente, seja nos dados sobre desmatamento e violência contra os povos tradicionais e os indígenas. Ainda assim, é possível notar que o compromisso climático foi mantido na aparência, para fins de narrativa diplomática. O governo Bolsonaro, em sua última COP, buscou mostrar com empenho que o Brasil estava comprometido com o desenvolvimento sustentável e com as mudanças climáticas. E isso em contraposição a todas as ações anticlima e antimeio ambiente desenvolvidas ao longo do mandato. Após Ricardo Salles, que buscou travar as negociações na COP25, em Madri, a posição do Executivo, na COP26 e na COP27, foi a de mostrar um Brasil de mentira, mas um Brasil pró-clima.¹¹⁵

De fato, é possível destacar que há uma certa similaridade no discurso de Joaquim Leite com o discurso conservador do bolsonarismo. Em declaração realizada na COP27, no dia 15 de novembro, Leite afirmou:

“Desde 2019, trabalhamos junto com o setor privado para encontrar soluções climáticas e ambientais lucrativas para as empresas, as pessoas e a natureza. Invertamos a lógica dos governos anteriores que só agiam para multar, reduzir e culpar. Este governo faz políticas para incentivar, inovar e empreender, criando assim marcos legais para uma robusta economia verde com geração de emprego e renda a todos os brasileiros... Filantropos, líderes e empresários e seu sempre exagerado número de assessores vieram em jatos particulares ao luxuoso balneário do Mar Vermelho para cobrar metas de redução de emissões dos outros, sugerindo carros ultramodernos a hidrogênio ou 100% elétricos, completamente desconexos da realidade de diversas regiões do Brasil e do mundo. Os governos têm a responsabilidade de atuar nesta agenda com racionalidade sem discursos populistas e utópicos... Diferente dos governos anteriores, onde o foco era enviar recursos somente para ONGs, nos últimos anos implementamos políticas junto com o setor privado para dar escala a uma nova economia verde com objetivo de neutralidade climática até 2050.”¹¹⁶

Sendo assim, cabe notar que não há destaque para o trabalho em conjunto com comunidades tradicionais, organizações, entre outros atores, somente com o setor privado. Além disso, reforça a necessidade de uma relação lucrativa com a natureza. A crítica feita por Leite aos governos anteriores diz muito sobre a “boiada” que passou no congresso e no âmbito de decisões administrativas do próprio Executivo, uma vez que declara que multas e culpas não são tão importantes. A acusação contra as ONGs e a defesa de uma racionalidade neoliberal também fazem parte do discurso, uma vez que o ministro reforça que a transição energética será feita protegendo o mercado, sem taxação de setores econômicos.

Considerações finais

Dessa forma, fica evidente que, apesar do simbolismo da realização de uma COP em país africano, há ainda muitos pontos fundamentais que precisam ser propriamente endereçados na busca pela mitigação, pela adaptação e pela justiça climática. Além disso, a expressiva participação do setor fóssil, a anódina responsabilização do agronegócio, os posicionamentos negacionistas e obscurantistas divulgados amplamente nas mídias e expressos por certos participantes comprometem a consecução de resultados significativos nas negociações da conferência. Fica claro, também, que as NDCs e os demais mecanismos acordados na conferência, como os mercados de carbono e os fundos de financiamento, precisam de maior robustez e de efetividade, ao mesmo tempo em que a sociedade civil e os atores pró-clima continuam cobrando atitudes e resultados no lugar de falas e promessas.

Além disso, mesmo com todos estes desafios a resolver, o espaço de tempo para ação, ainda que existente, se torna cada vez menor, como indica o *Sexto relatório de avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas* (IPCC).¹¹⁷ A linguagem adotada por esse em seus relatórios tem se tornado cada vez mais explícita acerca da urgência climática e da (cada vez menor) possibilidade em se alcançar a meta de 1,5°C. As nações do AOSIS e os países do sul geopolítico têm aumentado a pressão, alertando para o risco de sua sobrevivência,

e as comunidades indígenas há tempos apontam sobre a debilidade do modo de produção e consumo moderno, enquanto ativistas e pesquisadores indicam a falta de correlação entre as pautas na formulação política como empecilho para a proposição de soluções e para a concretização da justiça climática. Não há como deixar de tratar da segurança alimentar, do direito à terra e ao meio ambiente saudável, das perdas materiais e imateriais que os países mais vulneráveis sofrem com os desastres climáticos nas políticas pró-clima. Com isso, é necessário pensar formas de cobrar a ação tanto do setor público como do privado para transformar sua cadeia produtiva, com responsabilidade social e ambiental, enquanto se ampliam as possibilidades de soluções, com maior participação de diferentes atores.

Na produção deste *Caderno* se envolveram quatro pesquisadores vinculados ao Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas (OIMC), três de Iniciação Científica (Arthur Facini, Júlia Nascimento e Sérgio Mecena Neto) e um de mestrado (Caio Samuel Milagres), que, ao longo de quatro meses, acompanharam as notícias, os eventos e as negociações da COP27 de forma remota, com uma perspectiva do sul geopolítico. O trabalho de pesquisa e de coleta dos dados se deu desde semanas antes da conferência até janeiro de 2023, enquanto a produção do texto e das imagens seguiu de janeiro a março do mesmo ano. Para este trabalho foram utilizadas fontes oficiais do evento, reportagens jornalísticas, palestras de instituições de pesquisa, entrevistas com representantes oficiais e da sociedade civil, bem como artigos científicos sobre o tema, além de relatórios produzidos por organizações da sociedade civil.

Após a revisão da bibliografia, os pesquisadores debateram os resultados obtidos e selecionaram o enfoque do texto para os principais acontecimentos ocorridos no evento e paralelos a esse. Por fim, vale dizer que o presente texto se insere em uma sequência publicada nos *Cadernos do OIMC*, iniciada com o texto “Monitoramento das negociações climáticas internacionais: breve relatório da COP26”,¹¹⁸ que busca acompanhar de maneira constante, atenta e crítica as COPs e outras conferências internacionais importantes para a agenda climática.

Notas

- 1 PICHETA, Rob. “Queimadas nos EUA e na Europa aumentam em meio à onda de calor no Hemisfério Norte.” CNN Brasil, 20 jul. 2022. <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/queimadas-nos-eua-e-na-europa-aumentam-em-meio-a-onda-de-calor-no-hemisferio-norte/>. Acessado em: 5 dez. 2022.
- 2 MILMAN, Oliver. “US response to the climate emergency: key moments of 2022.” The Guardian, 30 dez. 2022, <https://www.theguardian.com/environment/2022/dec/30/key-us-climate-emergency-moments-2022>. Acessado em: 5 dez. 2022.
- 3 UNFCCC. List of participants. Part one. Parties and observer States. Dez. 2022. Acesso em: dez. 2022. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cp2022_inf03_part1.pdf
- 4 MILMAN, Oliver. ‘Like Vegas, but worse’: Sharm el-Sheikh fails to charm Cop27 delegates. The Guardian, nov. 2022. Acesso em: dez. 2022. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2022/nov/11/like-vegas-but-worse-bemusement-week-one-cop27-sharm-el-sheikh>
- 5 OHCHR. Egypt: UN experts alarmed by harassment of civil society actors at COP27 climate summit, nov. 2022. Acesso em: jan. 2023. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2022/11/egypt-un-experts-alarmed-harassment-civil-society-actors-cop27-climate>
- 6 ZEMELYTE, Beatrice. ‘Weaponised app’: Is Egypt spying on COP27 delegates’ phones?. Al Jazeera, nov. 2022. Acesso em: jan. 2023. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2022/11/12/expert-warn-egypts-cop27-app-could-be-used-for-surveillance>
- 7 CORPORATE EUROPE OBSERVATORY. COP27: 90% of sponsors have fossil fuel ties. 17 nov. 2022. Acesso em: jan. 2023. Disponível em: <https://corporateeurope.org/en/2022/11/cop27-90-sponsors-have-fossil-fuel-ties>
- 8 BREAK FREE FROM PLASTIC. Brand Audit Report 2018-2022. Nov 2022. Acesso em: fev. 2023. Disponível em: <https://brandaudit.breakfreefromplastic.org/wp-content/uploads/2022/11/BRANDED-brand-audit-report-2022.pdf>
- 9 TODA, Masatoshi; SEKINE, Shinichi. Kishida misses COP27 summit in Egypt to focus on domestic issues. The Asahi Shimbun, nov. 2022. Acesso em: jan. 2023. Disponível em: <https://www.asahi.com/ajw/articles/14764002>
- 10 WOODSIDE, John. Trudeau staying on sidelines of COP27. Canada’s National Observer, nov. 2022. Acesso em: jan. 2023. Disponível em: <https://www.nationalobserver.com/2022/11/03/news/trudeau-staying-sidelines-cop27>
- 11 CAMERON-CHILESHE, Jasmine; HODGSON, Camilla. Sunak will miss COP27 summit in Egypt to focus on ‘domestic commitments’. Financial Times, out. 2022. Acesso em: jan. 2023. Disponível em: <https://www.ft.com/content/57b982a8-2a1d-48de-9d7d-f0f4009fe475>
- 12 SUNAK, Rishi. Publicação em rede social. Twitter, nov. 2022. Acesso em: jan. 2023. Disponível em: <https://twitter.com/rishisunak/status/1587746521457500160>
- 13 Termo usado para se referir aos lobistas das grandes empresas de combustíveis fósseis ou para se referir ao setor como um todo.
- 14 KICK BIG POLLUTERS OUT. Big Polluters at COP27. Acesso em: jan 2023. Disponível em: <https://kickbigpollutersout.org/big-polluters-at-cop27>
- 15 As contituencies são grupos formados dentro do UNFCCC reunindo ONGs que apresentaram agendas similares. Leia mais aqui: https://unfccc.int/files/parties_and_observers/ngo/application/pdf/constituencies_and_you.pdf
- 16 UNFCCC Secretariat. Collated written submissions Agenda Item 2 - Representation and equitable access. Set. 2022. Acesso em: jan. 2023. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/Agenda%20Item%202_Collated%20written%20submissions.pdf
- 17 ANDRÉS, Paula. Agribusiness to dominate ‘not inclusive’ COP27 talks, say stakeholders. Euractiv, nov. 2022. Acesso em: jan. 2023. Disponível em: <https://www.euractiv.com/section/agriculture-food/news/agribusiness-to-dominate-not-inclusive-cop27-talks-say-stakeholders/>
- 18 DICKIE, Gloria. Greta Thunberg: COP27 an opportunity for “greenwashing, lying and cheating”. Reuters, out. 2022. Acesso em: jan. 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/environment/greta-thunberg-cop27-an-opportunity-greenwashing-lying-cheating-2022-10-30/>

- 19 De acordo com os documentos da UNFCCC, o número de participantes ligados a ONGs na COP18 foi de 3.292 indivíduos e o de ligados a delegações nacionais foi 4.356. Já na COP27, os números são 10.090 e 21.504, respectivamente.
- 20 UNFCCC. Adopted agenda. Nov. 2022. Acesso em: jan. 2023. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/COP_27_adopted_agenda_06112022.pdf
- 21 UNEP. Adaptation Gap Report 2022. Nov de 2022. Acesso em: jan. 2023. Disponível em: <https://www.unep.org/resources/adaptation-gap-report-2022>
- 22 SIMON, Frédéric. COP27: EU, US push back on climate 'loss and damage' reparation fund. Euractiv, nov. 2022. Acesso em: jan. 2023. Disponível em: <https://www.euractiv.com/section/energy-environment/news/cop27-eu-us-push-back-on-climate-loss-and-damage-reparation-fund/>
- 23 UNFCCC. Funding arrangements for responding to loss and damage associated with the adverse effects of climate change, including a focus on addressing loss and damage. Nov. 2022. Acesso em: jan. 2023. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/LnD_funding_decision.pdf
- 24 CARBON MARKET WATCH. Lacklustre COP27 fails to bring clarity to carbon markets. Nov. 2022. Acesso em: jan. 2023. Disponível em: <https://carbonmarketwatch.org/2022/11/20/lacklustre-cop27-fails-to-bring-clarity-to-carbon-markets/>
- 25 Idem.
- 26 UNFCCC. Activities involving removals under the Article 6.4 mechanism. Nov. 2022. Acesso em: jan. 2023. Disponível em: <https://unfccc.int/sites/default/files/resource/a64-sb003-a03.pdf>
- 27 CLARA. 'Under Cover of Night': Article 6.4 Supervisory Body recommendations document disregards rights, leaves door open for geoengineering, weakens ambition. Nov. 2022. Acesso em: jan. 2023. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/610ffde0dd5c39015edc6873/t/636bdf4e133495429472f374/1668013902617/CLARA+rapid+reaction+to+current+Art+6+documents+-+v.+1109+FINAL.pdf>
- 28 UNFCCC. Guidance on the mechanism established by Article 6, paragraph 4, of the Paris Agreement. Nov. 2022. Acesso em: jan. 2023. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/Art6_P4_Guidance.pdf
- 29 UNFCCC. Adoção do Acordo de Paris. Dez. 2015. Acesso em: jan. 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-08/Acordo-de-Paris.pdf>
- 30 UNEP. Emissions Gap Report 2022. Out. 2022. Acesso em: jan. 2023. Disponível em: <https://www.unep.org/resources/emissions-gap-report-2022>
- 31 ROBERTSON, Darcy. COP27: 1.5C global warming limit is at risk, warns Alok Sharma. UK Daily News, nov. 2022. Acesso em: jan. 2023. Disponível em: <https://www.business-humanrights.org/en/latest-news/cop27-15c-global-warming-limit-is-at-risk-warns-alok-sharma/>
- 32 CARRINGTON, Damian. The 1.5C climate goal died at Cop27 – but hope must not. The Guardian, nov. 2022. Acesso em: jan. 2023. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2022/nov/20/cop27-summit-climate-crisis-global-heating-fossil-fuel-industry>
- 33 UNFCCC. Sharm el-Sheikh Implementation Plan. Nov. 2022. Acesso em: jan. 2023. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cma2022_L21_revised_adv.pdf
- 34 THE HINDU. COP27 | India opposes draft text on agriculture. Nov. 2022. Acesso em: jan. 2023. Disponível em: <https://www.thehindu.com/sci-tech/energy-and-environment/climate-summit-india-flags-concerns-over-rich-nations-efforts-to-extend-mitigation-to-agriculture/article66150635.ece>
- 35 Global Forest Watch. Dashboard. Acesso em: jan. 2023. Disponível em: <https://www.globalforestwatch.org/dashboards/global/>
- 36 UK COP26. World leaders launch forests and climate leaders' partnership to accelerate momentum to halt and reverse forest loss and land degradation by 2030. Nov. 2022. Disponível em: <https://ukcop26.org/world-leaders-launch-forests-and-climate-leaders-partnership-to-accelerate-momentum-to-halt-and-reverse-forest-loss-and-land-degradation-by-2030/>
- 37 IPCC, Sixth Assessment Report. Working Group 1, Chapter 3, 2021. Acesso em: jan. 2023. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/chapter/chapter-3/>. Acessado em: dez. 2022.

- 38 FCCC, Framework Convention on Climate Change. United Nations Agenda Item 5 Kyoto Protocol to the United Nations Framework Convention on Climate Change. 10 Dez. 1997. Disponível em: <https://unfccc.int/sites/default/files/resource/docs/cop3/107a01.pdf>. Acessado em: dez. 2022.
- 39 FALZON, Danielle et al. “Loss and damage finance: four periods of obstruction in the UN Climate Negotiations.” Climate Social Science Network, CSSN, 2022. Disponível em: https://cssn.org/wp-content/uploads/2022/11/LDObstruction_CSSNBriefing-1.pdf. Acessado em: dez. 2022.
- 40 LANG, John. “COP27: a visual guide.” Energy & Climate Intelligence Unit, 2022. Disponível em: <https://eci.net/analysis/infographics/cop27-explainer-infographic>. Acessado em: dez. 2022
- 41 Ibid.
- 42 UNFCCC, Sharm el-Sheik Implementation Plan. Decision -/CP.27 Sharm el-Sheikh Implementation Plan. Nov. 2022. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cop27_aup_2_cover%20decision.pdf. Acessado em: dez. 2022.
- 43 Ibid.
- 44 JESSOP, Simon et al. “Show us the money: developing world at COP27 seeks financing details.” Reuters, 9 nov. 2022. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/cop/show-us-money-developing-world-cop27-seeks-climate-finance-details-2022-11-09/>. Acessado em: 15 jan. 2023.
- 45 FCCC, Subsidiary Body of Implementation. Report on the expert meeting to consider future needs, including capacity needs associated with possible approaches to address slow onset events. 16 nov. 2013. Disponível em: <https://unfccc.int/sites/default/files/resource/docs/2013/sbi/eng/inf14.pdf>. Acessado em: jan. 2023.
- 46 Ibid.
- 47 UNFCCC. Draft text on COP Agenda item 8(F) / CMA Agenda item 8(F) Matters relating to finance. Funding arrangements for responding to loss and damage associated with the adverse effects of climate change, including a focus on addressing loss and damage. 19 Nov. 2022. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/LnD_funding_decision.pdf. Acessado em: jan. 2023.
- 48 ANGELO, Claudio. “Países pobres pedem criação de fundo para perdas e danos na COP27 - OC | Observatório Do Clima.” OC | Observatório Do Clima - site oficial do Observatório Do Clima, 16 nov. 2022. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/paises-pobres-pedem-criacao-de-fundo-para-perdas-e-danos-na-cop27/>. Acessado em: dez. 2022.
- 49 MILMAN, Oliver. “US response to the climate emergency: key moments of 2022.” The Guardian, 30 dez. 2022. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2022/dec/30/key-us-climate-emergency-moments-2022>. Acessado em: jan. 2023.
- 50 UNITED NATIONS CLIMATE CHANGE. “COP27 reaches breakthrough agreement on new ‘loss and damage’ fund for vulnerable countries.” Unfccc.int, United Nations Climate Change, 20 nov. 2022. Disponível em: <https://unfccc.int/news/cop27-reaches-breakthrough-agreement-on-new-loss-and-damage-fund-for-vulnerable-countries>. Acessado em: dez. 2022.
- 51 DCARBON. “COP27 briefings.” 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1rA1TKUvJE4GXf6vOn8qmg-Zae-tkaCjRr/view>. Acessado em: jan. 2023.
- 52 CLIMAINFO. “COP27 traz novas promessas de financiamento para perdas e danos, mas fundo internacional segue travado.” Climainfo, 10 nov. 2022. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/17KH6MCz6fsCl5Hwez76IFZTszPXd0yJ3iNM-y2gBqc8/edit>. Acessado em: dez. 2022.
- 53 CLIMAINFO. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/17KH6MCz6fsCl5Hwez76IFZTszPXd0yJ3iNM-y2gBqc8/edit>. Acessado em: dez. 2022.
- 54 Ibid.
- 55 EYRING V, N. P. et al. “Human influence on the climate system. In Climate Change 2021: the physical science basis. Contribution of working group I to the sixth assessment report of the intergovernmental panel on climate change [Masson-Delmotte, V., P. Zhai, A. Pirani, S.L. Connors, C. Péan, S. Berger, N. Caud, Y. Chen, L. Goldfarb, M. I. Gomis, M. Huang, K. Leitzell, E. Lonnoy, J. B. R. Matthews, T. K. Maycock, T. Waterfield, O. Yelekçi, R. Yu, and B. Zhou (Eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA, pp. 423–552, Doi: 10.1017/9781009157896.005.” Ipcc.ch, IPCC, 2021. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/chapter/chapter-3/>. Acessado em: dez. 2022.

- 56 MOONEY, Chris et al. “We looked at 1,200 possibilities for the planet’s future. These are our best hope.” Washington Post, 1 dez. 2022. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/climate-environment/interactive/2022/global-warming-1-5-celsius-scenarios/?itid=hp-more-top-stories_p003_f002. Acessado em: dez. 2022.
- 57 CLIMAINFO. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1wD3IT345wkTJdTd6RaG2pHyerKBWpcURBq-N07iCbNu48/edit>. Acessado em: jan.2023.
- 58 https://eu-solidarity-ukraine.ec.europa.eu/eu-sanctions-against-russia-following-invasion-ukraine_en
- 59 <https://www.bbc.com/news/world-europe-60131520>
- 60 https://www.ft.com/content/6f352052-f2bc-401a-beed-b89d9e98a23d?utm_campaign=COP27+Media+monitor&utm_medium=email&utm_source=autopilot
- 61 https://www.politico.com/news/2022/11/06/5-tensions-that-could-derail-the-climate-conference-00065052?utm_source=RSS_Feed&utm_medium=RSS&utm_campaign=RSS_Syndication
- 62 <https://www.bbc.co.uk/news/science-environment-63571610>
- 63 Tradução livre de: “If you are not at the table, you’ll be on the menu”.
- 64 https://www.theguardian.com/environment/live/2022/nov/11/cop27-egypt-joe-biden-climate-conference-decarbonisation-live-updates?page=with:block-636e24118f08786f8dfa-c8b2&&utm_source=akna&utm_medium=email&utm_campaign=14112022-ClimaInfo-Newsletter#block-636e24118f08786f8dfac8b2
- 65 TOTALENERGIES. Agreement on maritime border line between Israel and Lebanon: TotalEnergies will launch exploration activities on block 9. Nov. 2022. Acesso em: mar. 2023. Disponível em: <https://totalenergies.com/media/news/press-releases/agreement-between-israel-lebanon-otalEnergies-Will-Launch-Exploration-Activities-on-Block-9>
- 66 <https://corporateeurope.org/en/2022/11/cop-27-100-more-fossil-fuel-lobbyists-last-year>
- 67 <https://kickbigpollutersout.org/>
- 68 <https://www.theguardian.com/environment/2022/nov/10/oil-and-gas-firms-planning-cop27-climate-crisis-frightening-fossil-fuels-growth-report-finds>
- 69 https://www.globaljustice.org.uk/resource/making-polluters-pay-estimates-for-corporate-climate-debt-and-reparations/?utm_source=akna&utm_medium=email&utm_campaign=10112022-ClimaInfo-Newsletter
- 70 https://www.theguardian.com/environment/2022/nov/09/oil-and-gas-greenhouse-emissions-three-times-higher-than-producers-claim?utm_source=akna&utm_medium=email&utm_campaign=10112022-ClimaInfo-Newsletter
- 71 <https://www.reuters.com/business/energy/new-russia-gas-halt-tighten-energy-screws-europe-2022-08-30/>
- 72 Tradução livre de: “Cop27 and Cop28 present a great opportunity to make a case for gas in the energy transition”
- 73 <https://www.theguardian.com/environment/2022/nov/11/gas-producers-using-cop27-to-rebrand-gas-as-transition-fuel-experts-warn>
- 74 Tradução livre de: “BP Egypt ... was friendly but low-key about BP plans in green energy. They said they had their hands full with gas, so were unlikely to be doing much,”
- 75 <https://www.climatechangenews.com/2022/11/11/un-cancels-african-energy-finance-initiative-over-fraudsters-role/>
- 76 <https://dont-gas-africa.org/>
- 77 A Captura e Armazenamento de Carbono (CAC) é um processo em que o dióxido de carbono (CO2) produzido por uma fonte industrial é separado, tratado e transportado para um local de armazenamento por um longo período de tempo. O objetivo é reduzir as emissões de gases de efeito estufa e mitigar as mudanças climáticas. Fonte: IPCC, 2021: Annex VII: Glossary
- 78 Tradução livre de: “Oil and gas has a vital role to play in this transition. Since it is part of the problem, it should be part of the solution.”
- 79 <https://www.climatechangenews.com/2022/11/13/oil-and-gas-trade-show-promotes-carbon-capture-at-cop27/>

- 80 <https://www.ewg.org/news-insights/news/confronting-myth-carbon-free-fossil-fuels-why-carbon-capture-not-climate>
- 81 <https://carbontracker.org/oil-majors-are-gambling-on-emissions-mitigation-technologies/>
- 82 <https://www.theguardian.com/commentisfree/2022/nov/09/leaders-cop27-livestock-farming-carbon-budget-governments>
- 83 <https://www.nytimes.com/2022/10/31/climate/frank-mitloehner-uc-davis.html>
- 84 https://www.tropicalforestalliance.org/assets/Agriculture-Sector-Roadmap-November-2022.pdf?utm_source=akna&utm_medium=email&utm_campaign=08112022-ClimaInfo-Newsletter
- 85 <https://exame.com/negocios/cop27-14-empresas-de-alimentos-apresentam-plano-para-acabar-com-o-desmatamento>
- 86 https://valor.globo.com/mundo/cop27/noticia/2022/11/06/agronegocios-lanca-plano-do-setor-para-limitar-o-aquecimento-global.ghtml?utm_source=akna&utm_medium=email&utm_campaign=08112022-ClimaInfo-Newslette
- 87 <https://www.independent.co.uk/climate-change/news/un-greenwashing-cop27-carbon-b2220262.html>
- 88 <https://www.climatechangenews.com/2022/11/08/toxic-cover-up-un-blasts-oil-majors-fake-net-zero-pledges/>
- 89 https://zerotracker.net/analysis/recommendations-and-current-realities?utm_source=akna&utm_medium=email&utm_campaign=18112022-ClimaInfo-Newsletter
- 90 <https://support.google.com/google-ads/answer/11221321?hl=en>
- 91 <https://counterhate.com/research/greenwashing-google-big-oil/>
- 92 <https://www.wsj.com/articles/the-rich-worlds-climate-hypocrisy-energy-fossil-fuel-wind-solar-panel-india-poverty-power-battery-storage-11655654331?page=1>
- 93 <https://twitter.com/PeterDClack/status/1586157841261662208>
- 94 <https://twitter.com/Dominiquetaegon/status/1588101951731941376>
- 95 <https://www.spiked-online.com/2022/11/08/climate-reparations-wont-help-the-developing-world/>
- 96 <https://www.telegraph.co.uk/news/2022/11/07/climate-change-reparations-toxic-distraction/>
- 97 <https://www.reuters.com/article/factcheck-glasgow-jets-idUSL1N2RU2MV>
- 98 <https://www.carbonbrief.org/factcheck-how-electric-vehicles-help-to-tackle-climate-change/>
- 99 <https://grassrootbeer.substack.com/p/john-stossel-is-rolling-in-koch-money?s=r>
- 100 <https://www.isdglobal.org/isd-publications/deny-deceive-delay-documenting-and-responding-to-climate-disinformation-at-cop26-and-beyond/>
- 101 <https://www.project-syndicate.org/commentary/populism-threat-to-climate-policies-in-brazil-europe-united-states-by-izabella-teixeira-et-al-2022-09>
- 102 VIANNA, D. Lula aceita convites e vai participar da Conferência do Clima no Egito, segundo Gleisi Hoffmann. Brazil Climate Hub, nov. 2022. Acesso em: dez. 2022. Disponível em: <https://www.brazilclimatehub.org/lula-aceita-convites-e-vai-participar-da-cop27/>.
- 103 O GLOBO. Veja íntegra do discurso de Lula na COP27. Acesso em: dez. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/cop-27/noticia/2022/11/16/veja-integra-do-discurso-de-lula-na-cop-27.ghtml>.
- 104 As promessas de Lula na COP27, e por que será difícil cumpri-las. Exame, nov. 2022. Acesso em: nov. 2022. Disponível em: <https://exame.com/esg/as-promessas-de-lula-na-cop27-e-por-que-sera-dificil-cumpri-las/>.
- 105 ADACHI, V. Diário da COP: a espera por Lula, confusão oficial e turistando pelo Egito. Acesso em: dez. 2022. Disponível em: https://www.capitalreset.com/diario-da-cop-a-espera-por-lula-confusao-oficial-e-turistando-pelo-egito/?utm_campaign=11112022_-_diario_cop__podcast_3&utm_medium=email&utm_source=RD+Station.

106 Na COP27, Brasil apresenta ao mundo seus programas voltados à proteção da Amazônia e outros biomas nacionais. Governo Federal, nov. 2022. Acesso em: dez. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/brasil-na-cop/na-cop-27-brasil-apresenta-ao-mundo-seus-programas-voltados-a-protecao-da-amazonia-e-outros-biomas-nacionais>

107 MARTINS, A. Na COP27, ministro do Meio Ambiente diz que Brasil nunca deixou de ser protagonista do clima. CNN, nov. 2022. Acesso em: dez. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/na-cop27-ministro-do-meio-ambiente-diz-que-brasil-nunca-deixou-de-ser-protagonista-do-clima/>.

108 “Somos parte da solução”, diz ministro em discurso na Conferência do Clima. Governo Federal, nov. 2022. Acesso em: dez. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/somos-parte-da-solucao-diz-ministro-em-discurso-na-conferencia-do-clima>.

109 Brasil lança, na próxima semana, a Agenda Brasil + Sustentável na COP27. Governo Federal, nov. 2022. Acesso em: dez. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/brasil-na-cop/brasil-lanca-na-proxima-semana-a-agenda-brasil-sustentavel-na-cop-27>.

110 Governadores da Amazônia Legal pedem a Lula nova cooperação com o governo brasileiro. Governo do Amapá, nov. 2022. Acesso em: dez. 2022. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/1611/cop-27-governadores-da-amazonia-legal-pedem-a-lula-nova-cooperacao-com-o-governo-brasileiro>.

111 Na COP27, senadores defendem sustentabilidade e protagonismo do Brasil. Senado, nov. 2022. Acesso em: nov. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/11/17/na-cop-27-senadores-defendem-sustentabilidade-e-protagonismo-do-brasil>.

112 ADACHI, V. Diário da COP: a espera por Lula, confusão oficial e turistando pelo Egito. Acesso em: nov. 2022. Disponível em: https://www.capitalreset.com/diario-da-cop-a-espera-por-lula-confusao-oficial-e-turistando-pelo-egito/?utm_campaign=11112022_-_diario_cop__podcast_3&utm_medium=email&utm_source=RD+Statio.

113 Brasil fica de fora de parceria por florestas na COP27. Folha UOL, nov. 2022. Acesso em: dez. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/11/brasil-fica-de-fora-de-parceria-por-florestas-na-cop27.shtml>.

114 Sob Bolsonaro, Brasil assina cooperação por florestas com República Democrática do Congo e Indonésia. Folha UOL, nov. 2022. Acesso em: dez. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/11/sob-bolsonaro-brasil-assina-cooperacao-com-indonesia-e-congo-pelas-florestas.shtml>.

115 Brasil na COP27 foi marcado por Lula e acordos de florestas assinados e ignorados. Folha UOL, nov. 2022. Acesso em: dez. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/11/brasil-na-cop27-foi-marcado-por-lula-e-acordos-de-florestas-assinados-e-ignorados.shtml>.

116 “Somos parte da solução”, diz ministro em discurso na Conferência do Clima. Governo Federal, nov. 2022. Acesso em: dez. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/somos-parte-da-solucao-diz-ministro-em-discurso-na-conferencia-do-clima>

117 <https://www.ipcc.ch/assessment-report/ar6/>

118 <https://obsinterclima.eco.br/wp-content/uploads/2022/04/Cadernos-OIMC-04-2022.pdf>

Bibliografia

Agriculture sector roadmap to 1.5°C reducing emissions from land use change. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.tropicalforestalliance.org/assets/Agriculture-Sector-Roadmap-November-2022.pdf?utm_source=akna&utm_medium=email&utm_campaign=08112022-ClimaInfo-Newsletter>. Acesso em: 16 nov. 2023.

CHIARETTI, Daniela. *Agronegócio lança plano do setor para limitar o aquecimento global.* Valor, 6 nov. 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/cop27/noticia/2022/11/06/agronegocios-lanca-plano-do-setor-para-limitar-o-aquecimento-global.ghtml?utm_source=akna&utm_medium=email&utm_campaign=08112022-ClimaInfo-Newsletter>. Acesso em: 7 nov. 2022

ANGELO, Claudio. *Países pobres pedem criação de fundo para perdas e danos na COP27.* OC | Observatório Do Clima - Site oficial do Observatório Do Clima, 16 nov. 2022. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/paises-pobres-pedem-criacao-de-fundo-para-perdas-e-danos-na-cop27/> Acesso em: dez. 2022.

BBC. *Nord Stream 2: How does the pipeline fit into Ukraine-Russia crisis?* BBC News, 5 set. 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-europe-60131520>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

CARBON MARKET WATCH. *Was COP27 the beginning of the end for corporate offsetting?* 7 dez. 2022. Acesso em: jan. 2023. Disponível em: <https://carbonmarketwatch.org/2022/12/07/was-cop27-the-beginning-of-the-end-for-corporate-offsetting/>

CARLILE, C. et al. *Big ag delegates more than double at COP27.* Disponível em: <<https://www.desmog.com/2022/11/18/big-agribusiness-delegates-double-cop27/>>. Acesso em: 22 mar. 2023.

CLIMAINFO. *COP27 traz novas promessas de financiamento para perdas e danos, mas fundo internacional segue travado.* Climainfo, 10 nov. 2022. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/17KH6MCz6fsCl5Hwez76IFZTszPXd0yJ3iNM-y2gBqc8/edit>. Acesso em: dez. 2022.

Promessas perdas e danos e adaptação da COP27. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/17KH6MCz6fsCl5Hwez76IFZTszPXd0yJ3iNM-y2gBqc8/edit>. Acesso em: Dez.2022.

Promessas perdas e danos e adaptação da COP27. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/17KH6MCz6fsCl5Hwez76IFZTszPXd0yJ3iNM-y2gBqc8/edit>. Acesso em: Dez.2022.

"Climate reparations" won't help the developing world. Disponível em: <<https://www.spiked-online.com/2022/11/08/climate-reparations-wont-help-the-developing-world/>>. Acesso em: 20 nov. 2022

Confronting the myth of carbon-free fossil fuels: Why carbon capture is not a climate solution. Environmental Working Group, 22 abr. 2021. Disponível em: <<https://www.ewg.org/news-insights/news/confronting-myth-carbon-free-fossil-fuels-why-carbon-capture-not-climate>>. Acesso em: 5 nov. 2022.

COP 27: 14 empresas de alimentos apresentam plano para acabar com o desmatamento. Exame, 9 nov. 2022. Disponível em: <https://exame.com/negocios/cop27-14-empresas-de-alimentos-apresentam-plano-para-acabar-com-o-desmatamento/?utm_source=akna&utm_medium=email&utm_campaign=08112022-ClimaInfo-Newsletter>. Acesso em: 10 nov. 2022.

COP27: 100 more fossil fuel lobbyists than last year | Corporate Europe Observatory, 10 nov. 2022. Disponível em: <<https://corporateeurope.org/en/2022/11/cop27-100-more-fossil-fuel-lobbyists-last-year>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

COP27: Sharp rise in fossil fuel industry delegates at climate summit. BBC News, 10 nov. 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/science-environment-63571610>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

DCARBON. *COP27 Briefings.* 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1rA1TKUvJE4GX-f6vOn8qmgZae-tkaCjRr/view>. Acesso em: jan. 2023.

DONT GAS AFRICA. Disponível em: <<https://dont-gas-africa.org>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

EU sanctions against Russia following the invasion of Ukraine. Disponível em: <https://eu-solidarity-ukraine.ec.europa.eu/eu-sanctions-against-russia-following-invasion-ukraine_en>. Acesso em: 15 mar. 2023.

EYRING V. N. P. et al. *Human influence on the climate system.* In Climate Change 2021: the physical science basis. Contribution of working group I to the sixth assessment report of the intergovernmental panel on climate change [Masson-Delmotte, V., P. Zhai, A. Pirani, S.L. Connors, C. Péan, S. Berger, N. Caud, Y. Chen, L. Goldfarb, M.I. Gomis, M. Huang, K. Leitzell, E. Lonnoy, J.B.R. Matthews, T.K. Maycock, T. Waterfield, O. Yelekçi, R. Yu, and B. Zhou (Eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA, pp. 423–552. Doi: 10.1017/9781009157896.005. Ipcc.ch, IPCC, 2021. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/chapter/chapter-3/>. Acesso em: dez. 2022.

Fact check-image doesn't show 400 jets flown to Glasgow for COP26. Reuters, 3 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/factcheck-glasgow-jets-idUSL1N2RU2MV>>. Acesso em 21 nov. 2022

FALZON, Danielle et al. *Loss and damage finance: four periods of obstruction in the UN climate negotiations.* Climate Social Science Network, CSSN, 2022. Disponível em: https://cssn.org/wp-content/uploads/2022/11/LDObstruction_CSSNBriefing-1.pdf. Acesso em: dez. 2022.

FARAND, C. *Activists raise inclusivity concerns for Cop27 as Egypt hikes hotel prices.* Disponível em: <<https://www.climatechangenews.com/2022/02/24/activists-raise-inclusivity-concerns-for-cop27-as-egypt-hikes-hotel-prices/>>. Acesso em: 22 mar. 2023.

Fossil fuel lobby backs carbon capture as climate solution at Cop27. Climate Home News, 13 nov. 2022 Disponível em: <<https://www.climatechangenews.com/2022/11/13/oil-and-gas-trade-show-promotes-carbon-capture-at-cop27/>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

UN cancels african energy finance initiative over fraudster's role. Climate Home News, 11 nov. 2022. Disponível em: <<https://www.climatechangenews.com/2022/11/11/un-cancels-african-energy-finance-initiative-over-fraudster-s-role/>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

<https://www.climatechangenews.com/2022/11/11/un-cancels-african-energy-finance-initiative-over-fraudsters-role/>. Acesso em: 14 nov. 2022.

FCCC, *Framework Convention on Climate Change. United Nations agenda item 5 Kyoto Protocol to the United Nations Framework Convention on Climate Change.* 10 dez. 1997. Disponível em: <https://unfccc.int/sites/default/files/resource/docs/cop3/107a01.pdf>. Acesso em: dez. 2022.

Subsidiary Body of Implementation. Report on the expert meeting to consider future needs, including capacity needs associated with possible approaches to address slow onset events. 16 nov. 2013. Disponível em: <https://unfccc.int/sites/default/files/resource/docs/2013/sbi/eng/inf14.pdf>. Acesso em: jan. 2023.

Food and energy crises threaten to distract from climate talks. Financial Times, 10 out. 2022. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/6f352052-f2bc-401a-beed-b89d9e98a23d>>. Acesso em: 20 out. 2022.

Gas producers using Cop27 to rebrand gas as transitional fuel, experts warn. The Guardian, 11 nov. 2022 Disponível em: <<https://www.theguardian.com/environment/2022/nov/11/gas-producers-using-cop27-to-rebrand-gas-as-transitional-fuel-experts-warn>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

GIBSON, C. *John Stossel is rolling in Koch money.* Grassrootbeer Investigations, 22 nov. 2020. Disponível em: <<https://grassrootbeer.substack.com/p/john-stossel-is-rolling-in-koch-money?s=r>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

Greenwashing on Google: how Google profits by cleaning Big Oil's reputation. Center for Countering Digital Hate, 3 nov. 2022. Disponível em: <<https://counterhate.com/research/greenwashing-google-big-oil/>>. Acesso em: 5 nov. 2022

HARVEY, F. *Oil and gas greenhouse emissions "three times higher" than producers claim.* The Guardian, 9 nov. 2022. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/environment/2022/nov/09/oil-and-gas-greenhouse-emissions-three-times-higher-than-producers-claim>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

HAUSFATHER, Z. Factcheck: *How electric vehicles help to tackle climate change*. Carbon Brief, 12 mai. 2019 Disponível em: <<https://www.carbonbrief.org/factcheck-how-electric-vehicles-help-to-tackle-climate-change/>>. Acesso em: 21 nov. 2022

JESSOP, Simon et al. *Show us the money: developing world at COP27 seeks financing details*. Reuters, 9 nov. 2022. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/cop/show-us-money-developing-world-cop27-seeks-climate-finance-details-2022-11-09/>. Acesso em: 15 Jan. 2023.

KICK BIG POLLUTERS OUT. Home. Disponível em: <<https://kickbigpollutersout.org>>. Acesso em: 22 mar. 2023.

KING, J.; JANULEWICZ, L.; ARCOSTANZO, F. 2022. *Deny, deceive, delay: documenting and responding to climate disinformation at COP26 & beyond - summary*. Institute for Strategic Dialogue. Disponível em: <<https://www.isdglobal.org/isd-publications/deny-deceive-delay-documenting-and-responding-to-climate-disinformation-at-cop26-and-beyond/>>

LANG, John. *COP27: a visual guide*. Energy & Climate Intelligence Unit, 2022. Disponível em: <https://eciui.net/analysis/infographics/cop27-explainer-infographic>. Acesso em: dez. 2022.

LIBOREIRO, J. *COP27: EU left “disappointed” by lack of ambition in final deal*. Disponível em: <<https://www.euronews.com/my-europe/2022/11/21/cop27-eu-left-disappointed-by-lack-of-ambition-in-final-deal-calling-it-a-small-step-forwa>>.

LO, J. “Toxic cover-up”: UN blasts oil majors’ fake net zero pledges. Climate Home News, 8 nov. 2022. Disponível em: <<https://www.climatechangenews.com/2022/11/08/toxic-cover-up-un-blasts-oil-majors-fake-net-zero-pledges/>>. Acesso em: 8 nov. 2022.

LOMBORG, B. *The rich world’s climate hypocrisy*. Wall Street Journal, 20 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.wsj.com/articles/the-rich-worlds-climate-hypocrisy-energy-fossil-fuel-wind-solar-panel-india-poverty-power-battery-storage-11655654331?page=1>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

Making polluters pay: Estimates for corporate climate debt and reparations. Global Justice Now, 9 nov. 2022 Disponível em: <https://www.globaljustice.org.uk/resource/making-polluters-pay-estimates-for-corporate-climate-debt-and-reparations/?utm_source=akna&utm_medium=email&utm_campaign=-10112022-ClimaInfo-Newsletter&__cf_chl_tk=IFs-SwpXpFfBzJKdZwFfyAILLOSDmih7G_QKRfg-1vuM4-1679514892-0-gaNycGzNCzs>. Acesso em: 10 nov. 2022.

MAX, L., Nürnberg, D., Chiessi, C.M. et al. *Subsurface ocean warming preceded Heinrich Events*. Nature Communication 13, 4217 (2022). Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41467-022-31754-x>. Acesso em: Jan. 2023.

MCSWEENEY, R. *Analysis: which countries have sent the most delegates to COP27?* Disponível em: <<https://www.carbonbrief.org/analysis-which-countries-have-sent-the-most-delegates-to-cop27/>>.

MILMAN, Oliver. *US response to the climate emergency: key moments of 2022*. The Guardian, 30 dez. 2022. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2022/dec/30/key-us-climate-emergency-moments-2022>. Acesso em: jan. 2023.

MONBIOT, G. *There’s one big subject our leaders at Cop27 won’t touch: livestock farming*. The Guardian, 9 nov. 2022, . Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2022/nov/09/leaders-cop27-livestock-farming-carbon-budget-governments>>. Acesso em: 16 nov. 2022.

MOONEY, Chris et al. *We looked at 1,200 possibilities for the planet’s future; these are our best hope*. Washington Post, 1 dez. 2022. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/climate-environment/interactive/2022/global-warming-1-5-celsius-scenarios/?itid=hp-more-top-stories_p003_f002. Acesso em: dez. 2022.

Oil and gas firms planning “frightening” fossil fuels growth, report finds. The Guardian, 9 nov. 2022. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/environment/2022/nov/10/oil-and-gas-firms-planning-cop27-climate-crisis-frightening-fossil-fuels-growth-report-finds>>.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. *O que esperamos da COP 27*. Sharm el-Sheikh, 5 nov 2022.

PICHETA, Rob. *Queimadas nos EUA e na Europa aumentam em meio à onda de calor no Hemisfério Norte*. CNN Brasil, 20 jul. 2022. <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/queimadas-nos-eua-e-na-europa-aumentam-em-meio-a-onda-de-calor-no-hemisferio-norte/>. Acesso em: 5 dez. 2022.

PLUMER, B.; FRIEDMAN, L.; SENGUPTA, S. *Developing nations have a message at global climate talks: polluters, pay up*. The New York Times, 6 nov. 2022.

“Rank deception”: UN chief slams corporate greenwashing at Cop27. Independent, 8 nov. 2022. Disponível em: <<https://www.independent.co.uk/climate-change/news/un-greenwashing-cop27-carbon-b2220262.html>>. Acesso em: 8 nov. 2022.

Recommendations and current realities. Net Zero Tracker, 15 nov. 2022. Disponível em: <https://zerotracker.net/analysis/recommendations-and-current-realities?utm_source=akna&utm_medium=email&utm_campaign=18112022-ClimaInfo-Newsletter>. Acesso em: 20 nov. 2022.

SAMUELS, D. *Twitter*, 3 nov. 2022. Disponível em: <<https://twitter.com/Dominiquetaegon/status/1588101951731941376>>. Acesso em: 19 nov. 2022.

SCHONHARDT, S. *5 tensions that could derail the climate conference*. Politico, 11 jun. 2022. Disponível em: <https://www.politico.com/news/2022/11/06/5-tensions-that-could-derail-the-climate-conference-00065052?utm_source=RSS_Feed&utm_medium=RSS&utm_campaign=RSS_Syndication>. Acesso em: 20 out. 2022.

STAFF, C. B. *COP27: Key outcomes agreed at the UN climate talks in Sharm el-Sheikh*. Carbon Brief. Disponível em: <<https://www.carbonbrief.org/cop27-key-outcomes-agreed-at-the-un-climate-talks-in-sharm-el-sheikh/>>.

Interactive: Who wants what at the COP27 climate change summit. Carbon Brief. Disponível em: <<https://www.carbonbrief.org/interactive-who-wants-what-at-the-cop27-climate-change-summit/>>.

t-the-cop27-climate-change-summit/?utm_content=bufferab965&utm_medium=social&utm_source=twitter.com&utm_campaign=buffer>. Acesso em: 22 mar. 2023.

STEITZ, C.; CHESTNEY, N.; CHESTNEY, N. *Russia deepens Europe's energy squeeze with new gas halt*. Reuters, 31 ago. 2022. Disponível em: <[https://www.reuters.com/business/energy/new-russia-gas-halt-tighten-energy-screws-europe-2022-08-30/#:~:text=FRANK-FURT%20LONDON%20Aug%2031%20\(of%20the%20region's%20richest%20countries.>](https://www.reuters.com/business/energy/new-russia-gas-halt-tighten-energy-screws-europe-2022-08-30/#:~:text=FRANK-FURT%20LONDON%20Aug%2031%20(of%20the%20region's%20richest%20countries.>)>. Acesso em: 14 nov. 2022.

TABUCHI, H. *He's an outspoken defender of meat. Industry funds his research, files show*. The New York Times, 31 out. 2022. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2022/10/31/climate/frank-mitlochner-uc-davis.html>>. Acesso em: 02 nov. 2022.

TOMBS, R. *Climate change reparations are a toxic distraction*. The Telegraph, 7 nov. 2022. Disponível em: <<https://www.telegraph.co.uk/news/2022/11/07/climate-change-reparations-toxic-distraction/>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

TUBIANA, T.; TONI, A.; TEIXEIRA, I. *The populist climate threat*. Project Syndicate, 30 set. 2022. Disponível em: <<https://www.project-syndicate.org/commentary/populism-threat-to-climate-policies-in-brazil-europe-united-states-by-izabella-teixeira-et-al-2022-09>>. Acesso em: 23 nov. 2022.

UNFCCC. *Activities involving removals under the Article 6.4 mechanism*. Nov. 2022. Acesso em: jan. 2023. Disponível em: <https://unfccc.int/sites/default/files/resource/a64-sb003-a03.pdf>

COP27 reaches breakthrough agreement on new “loss and damage” fund for vulnerable countries. Unfccc.int, United Nations Climate Change, 20 nov. 2022. Disponível em: <https://unfccc.int/news/cop27-reaches-breakthrough-agreement-on-new-loss-and-damage-fund-for-vulnerable-countries>. Acesso em: dez. 2022.

Draft text on COP agenda item 8(F) / CMA agenda item 8(F) matters relating to finance. Funding arrangements for responding to loss and damage associated with the adverse effects of

climate change, including a focus on addressing loss and damage. 19 nov. 2022. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/LnD_funding_decision.pdf. Acesso em: jan. 2023.

Sharm el-Sheikh Implementation Plan. Decision -/CP.27 Sharm El-Sheikh Implementation Plan. Nov. 2022. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cop27_auv_2_cover%20decision.pdf. Acesso em: dez. 2022.

Updating our ads and monetization policies on climate change. Google Ads Help, 7 out. 2021. Disponível em: <https://support.google.com/google-ads/answer/11221321?hl=en>. Acesso em: 23 nov. 2022.

XILAS, E. *Oil majors are gambling on emissions mitigation technologies.* Carbon Tracker, 12 mai. 2022. Disponível em: <https://carbontracker.org/oil-majors-are-gambling-on-emissions-mitigation-technologies/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

ZEE, B. VAN DER; HOLMES, O. *Joe Biden warns world faces “pivotal moment” in fight against climate crisis - as it happened.* The Guardian, 11 nov. 2022. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/live/2022/nov/11/cop27-egypt-joe-biden-climate-conference-decarbonisation-live-updates#:~:text=He%20resumes%20his%20speech.&text=%E2%80%9CIf%20we%20are%20to%20win,every%20nation%20must%20step%20up.>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

ZERO CARBON ANALYTICS. *COP27 decisions on Article 6.* Nov. 2022. Acesso em: jan. 2023. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/12J-tvZS2Y3prFLrl07Bx8Q3sGpoZJ2bAnNuSzTW_iSbM/edit

SOBRE OS AUTORES

Arthur Vargas Facini

Arthur Vargas Facini é aluno de graduação em Relações Internacionais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e bolsista de iniciação científica pelo CNPq. Pesquisador colaborador no Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas (OIMC) e membro do Laboratório de Análise Política Mundial (Labmundo), com foco no estudo do negacionismo e da obstrução climática no Brasil.

Caio Samuel Milagres Soares

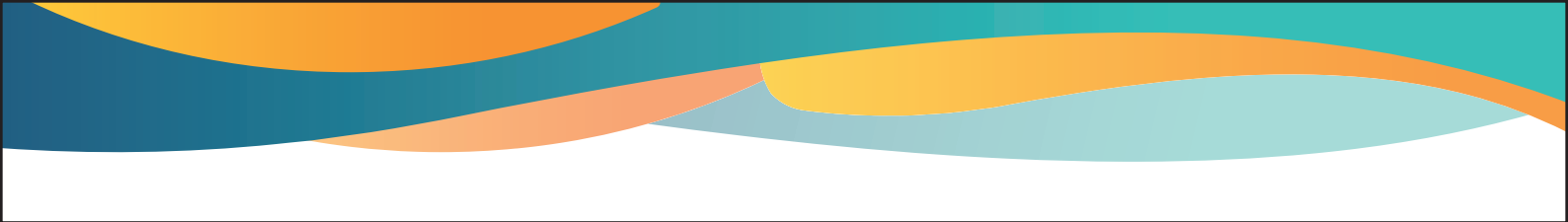
Caio Samuel M. Soares é mestrando em Ciências Militares (PPGCM-IMM-ECEME); e bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 2023. Atualmente, é membro do Laboratório de Análise Política Mundial (Labmundo) e colaborador do Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas (OIMC).

Júlia Nascimento Santos

Júlia Nascimento Santos é aluna de graduação do curso de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pesquisadora de iniciação científica no Laboratório de Análise Política Mundial (Labmundo) e no Observatório Interdisciplinar de Mudanças Climáticas (OIMC), e ativista climática no movimento Jovens em ação pelo Clima (JACA). Atualmente pesquisa a Convenção Ramsar sobre zonas úmidas e temas ligados à sustentabilidade e Relações Internacionais.

Sérgio Mecena Neto

Sérgio Mecena Neto é aluno de graduação em Relações Internacionais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisador de iniciação científica com apoio da FAPERJ no Laboratório de Análise Política Mundial (Labmundo) e no Observatório Interdisciplinar de Mudanças Climáticas (OIMC). Atualmente, pesquisa temas ligados às questões climáticas, com ênfase nas negociações internacionais.



Os Cadernos do OIMC são uma publicação, de fluxo contínuo, do Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

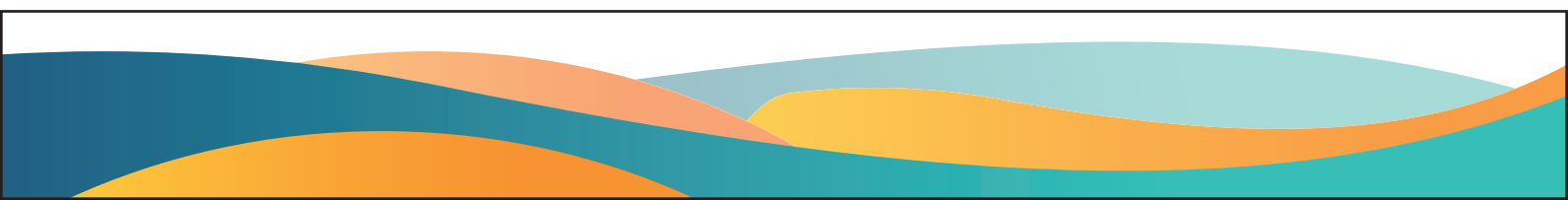
O Conselho editorial é composto pelos professores Ana Paula Tostes, Carlos R. S. Milani, Elza Neffa, José Maurício Domingues e Mário Soares.

A coordenação da publicação é feita pelo coordenador de plantão do OIMC, atualmente Carlos R. S. Milani.

Como citar este documento?

Diagramação: Caio Samuel M. Soares
Copydesk: Vinícius Trindade
Layout: Rubens de S. Duarte

FACINI, Arthur V.; MACENA, Sérgio J.; SANTOS, Júlia N.; SOARES, Caio M. *Monitoramento das negociações climáticas: breve relatório da COP27*. Rio de Janeiro: Cadernos do OIMC, 2023. ISSN: 2764-1120





Observatório
Interdisciplina
das Mudanças
Climáticas



obsinterclima.eco.br



/obsinterclima



@_oimc



@oimc4

APOIO:

